

Veículo: TV Bahia	Programa: Jornal da Manhã
Data: 08/05/2020	Apresentador: Camila Marinho
Assunto: Aplicativo que compara preços de produtos pode ajudar nas compras para o Dia das Mães (<u>Preço da Hora Bahia</u>). Entrevista com <u>Félix Mascarenhas, superintendente da Sefaz-Ba.</u>	

Data: 08/05/2020

Emissora: TV Bahia

Programa: Jornal da Manhã

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Aplicativo que compara preços de produtos pode ajudar nas compras para o Dia das Mães (**Preço da Hora Bahia**). Entrevista com **Félix Mascarenhas, superintendente da Sefaz-Ba.**

Nota Premiada Bahia reforça importância do apoio às filantrópicas

Existem várias maneiras de ajudar a quem precisa durante a pandemia do novo coronavírus, e uma delas é compartilhando suas notas eletrônicas com as entidades filantrópicas beneficiárias da campanha Nota Premiada Bahia, promovida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba). Quem participa da campanha precisa apenas continuar solicitando a inclusão do CPF na nota fiscal a cada compra realizada. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que tem hoje 530 entidades ativas. Quem ainda não participa da campanha pode se inscrever pelo [site da campanha](#).

A Nota Premiada Bahia, que acaba de ampliar para 550 mil o total de participantes em todo o Estado, interrompeu temporariamente as premiações mensais individuais devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Os participantes, no entanto, ao inserirem o CPF na nota, vão continuar acumulando bilhetes e estes permanecerão válidos e irão concorrer normalmente assim que os sorteios voltarem.

Mas a solidariedade sempre foi o outro forte apelo da campanha. Os participantes podem escolher até duas instituições para fazer a doação, uma da área de saúde e outra da social, e as notas associadas ao CPF cadastrado contam por igual para ambas as instituições apoiadas. "Ao solicitar a inclusão do CPF na nota fiscal a cada compra, a população contribui para que cada vez mais estabelecimentos emitam a nota eletrônica e, desta forma, ajuda as entidades filantrópicas indicadas, que recebem os repasses de acordo com as pontuações conquistadas", explica o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio.

Salvador é o município que possui o maior número de participantes. Somando 316.146 inscritos, os soteropolitanos correspondem a cerca de 59% do total. Os demais 233.854 moram nos outros 416 municípios baianos.

Repasses

Desde o início de 2018, quando o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Fonte: Ascom/ Sefaz

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249

Localização

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).

[Versão mobile](#)

Veículo: Site do SindSefaz	
Data: 07/05/2020	



Em janeiro, Sindsefaz alertou que fim do Abono de Permanência era tiro no pé



Boletim 2204 - Salvador, 07 de maio de 2020

O Sindsefaz é contra o projeto de lei que está na pauta de votação da Assembleia Legislativa, que acaba futuramente com o Abono de Permanência.

Pelo texto, apenas terá direito quem já recebe ou já reúne condições de receber o valor. Ou seja, quando estes se aposentarem, o benefício acaba. Aliás, nossa entidade já alertava desde janeiro que isso, além de ser mais um prejuízo imposto ao servidor, iria inviabilizar a Sefaz.

Há alguns meses, enquanto nosso Sindicato denunciava o fim do Abono de Permanência, organizações não governamentais negociavam, a portas fechadas e sob silêncio, uma forma de manter o benefício apenas para os servidores que já a percebiam. Para o Sindsefaz, mais do mesmo, apenas mais uma **demonstração de falta de compromisso coletivo**.

Das negociações a portas fechadas pariu-se este projeto que pune os servidores mais experientes do Estado. Na Sefaz-BA, será uma tragédia, pois **em breve perderemos excelentes quadros, que não serão substituídos** no curto prazo. Importante salientar que o **Senado acaba de aprovar uma ajuda aos estados que prevê a proibição de concursos até o fim de 2021**, se bem que na Bahia essa política de destruição do serviço público não é novidade.

É salutar que todas as entidades de servidores da Bahia lutem para que o **PL do fim do Abono de Permanência não seja aprovado**. Mas não deixa de dar nojo ver que setores que foram responsáveis por forjar este projeto entre quatro paredes venham agora em público chorar lágrimas de crocodilo.



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 07 de Maio de 2020 - 19:20

Deputado propõe isenção do IPVA a condutores de vans escolares durante pandemia



Um projeto de Indicação enviado ao governo do Estado pelo deputado Jânio Natal (PRP) sugere a isenção do pagamento **do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** para vans utilizadas no transporte escolar por conta da pandemia do coronavírus. Para ser beneficiado pela medida, o condutor do veículo precisa atender a todos os requisitos legais e ter a atividade como única fonte de renda.

Para natal, “no momento atual, em que o Brasil enfrenta a miserável praga do Coronavírus, esta isenção faz-se ainda mais necessária: os profissionais da categoria foram os primeiros a parar e estarão, provavelmente, entre os últimos a voltar ao serviço, razão pela qual se fazem mercedores de todo o apoio do poder público”.

O parlamentar acredita ainda que a aprovação da proposta, “além de beneficiar os profissionais que realizam o transporte escolar, facilitando a obtenção do sustento próprio e de suas famílias, contribuirá em muito para evitar a clandestinidade, reduzindo a evasão de divisas, e virá melhorar a qualidade da frota de vans, aumentando a segurança dos condutores e dos alunos que utilizam o serviço”.

Medida semelhante já foi adotada em Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal.

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 07/05/2020	



GOVERNO DO ESTADO ANUNCIA R\$ 10 MILHÕES EM NOVOS INVESTIMENTOS E POSTOS DE TRABALHO



admin 7 Maio, 2020

Dois protocolos de intenções assinados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta quinta-feira (07), vão injetar R\$ 10 milhões na economia do Estado. O vice-governador João Leão, secretário da pasta, ressalta que anunciar uma notícia como esta, neste momento de pandemia, traz esperança. Serão gerados 156 novos postos de trabalho em Salvador e Feira de Santana. “Tudo o que precisamos agora são de boas novas, investimentos, emprego e renda. Com muito trabalho e responsabilidade com nossa Bahia, iremos vencer a pandemia e oxigenar nossa economia progressivamente”, afirma Leão.

A Travi e Froes vai investir R\$ 8 milhões para fabricar aparelho para iluminação, painel, refletor e lâmpada, tudo em LED. A unidade, que será instalada em Salvador, terá capacidade de produção de 164,6 mil unidades/ano, com a geração de 80 empregos diretos.

Em Feira de Santana, a Porto Frio Comércio e Armazenagem vai implantar uma unidade industrial para beneficiar peixes congelados, filés de peixes, peixes salgados, crustáceos e moluscos refrigerados ou congelados. Serão investidos R\$ 2 milhões e gerados 76 vagas de emprego, com capacidade de produção de 2 mil toneladas/mês. “A unidade terá uma grande importância na economia da região, acredito que vamos melhorar a comercialização e competitividade do segmento, já que Feira de Santana não tem indústria de beneficiamento de pescados deste porte”, diz Amaury Erik Martins de Jesus, sócio diretor da Porto Frio.

Foto: Carol Garcia/GOVBA



CAPA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))

COLUNISTAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))

FALE CONOSCO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

sexta-feira, 08 de maio de 2020

ECONOMIA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](http://www.bahiaja.com.br/economia))

Estado libera mais R\$ 4,7 milhões para pagamento do Mais Futuro

O valor é destinado a 12 mil estudantes das universidades estaduais

Ascom Educação , Salvador | 07/05/2020 às 16:41

Curtir 0 Tweet



Estado libera mais R\$ 4,7 milhões para pagamento do Mais Futuro

Foto: Mateus Pereira/GovBa

O Governo do Estado liberou mais R\$ 4,7 milhões para o pagamento do auxílio permanência do programa Mais Futuro. O valor é destinado a 12 mil estudantes das universidades estaduais (UNEB, UEFS, UESB e UESC). O pagamento, que é feito até o dia 10 de cada mês, foi antecipado pelo segundo mês consecutivo e já está disponível para os beneficiários.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, destacou que este é o segundo repasse do Mais Futuro desde o início da suspensão das aulas, por causa do novo Coronavírus. "Neste período de pandemia, a Secretaria da Educação do Estado está empreendendo esforços para atender demandas da nossa comunidade escolar, tanto no aspecto pedagógico quanto no socioeconômico. Destacam-se, por exemplo, os R\$ 44 milhões destinados ao vale-alimentação estudantil para os nossos 800 mil estudantes. Mas temos, também, outras frentes, como o Mais Futuro, cujos investimentos nos meses de março e abril foram da ordem de R\$ 9,4 milhões", pontuou.

Os estudantes beneficiários do programa podem utilizar o valor depositado da bolsa por meio da função "débito" do seu cartão, segundo informações do Banco do Brasil. O programa, criado em 2017, oferece uma bolsa de R\$ 300 para quem estuda a até 100 quilômetros de onde mora e de R\$ 600 para os que vivem a uma distância maior, pois para estes há a necessidade de moradia temporária na cidade onde estudam.

Sobre o programa - O Mais Futuro é um programa de assistência estudantil, criado pelo Governo do Estado, para garantir a permanência dos estudantes das universidades públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESB e UESC) que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica. No terço final da graduação, os beneficiários terão a opção e prioridade para ingressar em vagas de estágio de nível superior, ofertadas por órgãos e secretarias do Governo do

Estado. Os estudantes que já estão na fase final do curso e atendem os critérios também podem ingressar no programa já na fase do estágio.



(<http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=1&idNoticia=125974](http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=125974))

MAIS NOTÍCIAS



(<http://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/07/prefeitura-lanca-ssa-pede-em-casa-para-apoiar-bares-e-restaurante,125973,0.html>)

Prefeitura lança SSA Pede em Casa para apoiar bares e restaurante

(<http://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/07/prefeitura-lanca-ssa-pede-em-casa-para-apoiar-bares-e-restaurante,125973,0.html>)

(<http://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/07/prefeitura-lanca-ssa-pede-em-casa-para-apoiar-bares-e-restaurante,125973,0.html>)

(<http://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/07/prefeitura-lanca-ssa-pede-em-casa-para-apoiar-bares-e-restaurante,125973,0.html>)

(<http://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/07/prefeitura-lanca-ssa-pede-em-casa-para-apoiar-bares-e-restaurante,125973,0.html>)

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 07/05/2020	



IPVA: DEPUTADO QUER INCLUIR MOTORISTAS ESCOLARES NA ISENÇÃO



admin 7 Maio, 2020

O deputado estadual Niltinho (PP) indicou ao governador Rui Costa (PT) a isenção do IPVA de 2020 a todos os transportadores escolares da Bahia, por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Segundo o parlamentar, os profissionais estão impedidos de oferecer seus serviços devido à suspensão das aulas das unidades escolares públicas e privadas em toda a Bahia.

“Em nome da categoria, faço esse apelo ao governador Rui Costa. O Estado da Bahia já oferece a isenção do IPVA para algumas categorias profissionais, como os taxistas, mototaxistas e pescadores profissionais, além de portadores de deficiência”, disse Niltinho.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 07 de Maio de 2020 - 22:00

SSP-BA adquire 10 mil novas pistolas e renova armamento das forças de segurança estaduais

A Secretária da Segurança Pública (SSP) adquiriu mais de 10 mil pistolas da marca Glock, modelo 22, Geração 5, calibre 40, fabricadas na Áustria. O armamento, considerado o mais moderno do mundo e usado pelas principais forças de segurança, entre elas o FBI norte-americano, foram entregues para as unidades operacionais na capital, RMS e interior nesta quinta-feira (7).

Mais de 20,8 milhões de reais foram investidos na compra do armamento. A qualidade da pistola foi testada por uma comissão, composta de policiais e bombeiros baianos, que visitou, em 2019, a fábrica da empresa, na cidade de Deutsch-Wagram.

O secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa, revelou que seis mil pistolas serão direcionadas para a PM, 3,7 mil divididas entre Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica e 400 para o Corpo de Bombeiros. "Estamos modernizando os nossos equipamentos para oferecer ainda mais segurança para os nossos servidores. Estas armas são eficientes e seguras, diminuindo o risco de acidentes durante a sua limpeza ou manuseio", detalhou o gestor.

Barbosa lembrou ainda que as armas de fogo são sempre usadas como último recurso. "Nossos efetivos estão passando por treinamentos, pois o nosso objetivo é sempre aperfeiçoar o serviço prestado à população", completou o secretário.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 08/05/2020	Página: 02

Tribuna

Campanha

O hospital de campanha de Teixeira de Freitas, no sul da Bahia, começou a ser construído ontem, no estacionamento exclusivo para funcionários do Hospital Municipal. A unidade vai contar com 20 leitos de UTI, destinados ao tratamento de pacientes graves com Covid-19. A estrutura feita de toldos e contêineres deve ficar pronta até o dia 21 de maio, quando vai receber os equipamentos. Depois de pronto, o hospital deverá atender até 13 municípios do extremo sul da Bahia.

Tribuna

Rui e Neto anunciam interdições viárias e auxílio a pacientes

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), e o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), anunciaram, ontem, que vão pagar um auxílio de R\$ 500, além de uma cesta básica por semana, para pacientes com coronavírus. Como contrapartida, os infectados deixam suas residências e ficarão isolados em ambientes reservados pelo governo. O benefício valerá para todo estado, mas na capital baiana parte do auxílio será pago pela gestão

municipal.

Ontem, Neto e Rui afirmaram que vão enviar um projeto de lei para a Câmara de Salvador e Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), respectivamente, a fim de que tenham autorização para conceder a ajuda. "Com isso, teremos a garantia de que a pessoa nos 14 dias não corre o risco de retransmitir (a doença) para parentes, vizinhos ou conhecidos. Ou ambiente em que eventualmente trabalhe. Queremos evitar que por alguma razão a pessoa acabe saindo da sua localidade, do seu condomínio e espalhe o vírus. (...) Queremos quebrar a curva nesse

momento", afirmou o petista, em entrevista coletiva. O democrata disse que é mais uma medida para evitar o colapso do sistema de saúde. "Tudo o que nós estamos fazendo é para salvar o maior número de vidas aqui em Salvador", afirmou o prefeito.

Neto anunciou, ainda, que alguns bairros de Salvador terão mais medidas de restrições para evitar a disseminação da doença. O prefeito negou, porém, que esteja adotando nas localidades lockdown, isto é, bloqueio total de uma região, imposta pelo Estado ou pela Justiça. "Não estamos diante de lockdown. Por



quê? Porque isso implica a circulação de pessoas na via. As pessoas ficam proibidas de sair de casa, exceto para atividades extremamente essenciais. Isso não está cogitado no momento", declarou.

As medidas valem para a Avenida Joana Angélica, Avenida 7 de Setembro, Boca do Rio e Plataforma, a última localidade tem apresentado, segundo Neto, a maior taxa de crescimento do coronavírus

na capital. Nessas regiões, só ônibus e automóveis, que comprovarem que são da localidade, poderão adentrar. As interdições viárias valem entre 7 e 19 horas. As barreiras serão feitas pela Transalvador, com a Polícia Militar e a Guarda Municipal. "Nós vamos promover (nessas localidades) uma ampla distribuição de máscara. Vamos levar também equipes de testes rápidos (...). Serão equipes fixas

RUI COSTA e ACM Neto anunciaram, ontem, que vão pagar um auxílio de R\$ 500, além de uma cesta básica por semana, para pacientes com coronavírus

nessas regiões aplicando os testes de coronavírus, o que permite identificar um conjunto de pessoas que eventualmente tenha coronavírus para que sejam isoladas", declarou.

Segundo Neto, haverá ainda a suspensão de todas as atividades comerciais formais e informais, com exceção de loterias, bancos, supermercados e farmácias. O prefeito afirmou que feirantes e ambulantes, que atuam nesses lugares, vão receber cestas básicas. A medida vale por sete dias e começa amanhã. "A gente espera contar com o apoio e a adesão dos comerciantes dessas regiões", pontuou. O gestor democrata contou também que vai anunciar hoje medidas para evitar aglomerações em agências da Caixa Econômica Federal, onde as pessoas têm sacado o auxílio federal de R\$ 600.

FAKE NEWS

Governador anuncia comitê de transparência

RODRIGO AGUIAR

O governador Rui Costa anunciou ontem que montará um grupo, com a participação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-BA), para dar transparência às contratações e compras feitas durante a pandemia do coronavírus.

Nas redes sociais, Rui disse que a inspiração veio do Ceará, onde o governo já adotou a medida. Segundo o petista, a ação é mais uma forma de combater fake

news relacionadas às ações governamentais no enfrentamento à Covid-19. Segundo Rui, os governadores do Nordeste montaram "uma força de inteligência para tentar identificar esses marginais, criminosos, essa quadrilha organizada", disse.

Rui já encaminhou para a Assembleia Legislativa projeto de lei que estabelece punição para quem elaborar ou disseminar informações falsas. Um grupo do MPBA tem fiscalizado as ações adotadas pelo estado e prefeituras no combate ao coronavírus.

Veículo: Política Livre	
Data: 08/05/2020	Caderno: Economia



08 de maio de 2020 | 09:42

Governo baiano adota medidas para combater disseminação de fake news

BAHIA

Em meio à pandemia do novo coronavírus, o governo da Bahia anunciou na última semana duas medidas para combater a disseminação de fake news. A primeira funcionará como uma espécie de serviço de checagem de fatos para a população. Qualquer pessoa que tiver dúvida sobre a veracidade de determinado conteúdo pode enviá-lo para os canais do governo nas redes sociais ou para uma conta de WhatsApp específica e receberá a resposta com a informação devidamente checada. A iniciativa é semelhante ao “Saúde sem Fake News”, projeto do Ministério da Saúde que funciona desde agosto de 2018.

Na semana passada, ao falar sobre o serviço de checagem, o governador Rui Costa (PT) classificou produtores de informações falsas como “milicianos digitais”. “Neste momento de pandemia, esses criminosos estão ativamente difundindo mentiras e calúnias, inclusive manipulando vídeos, com o objetivo de desacreditar prefeitos e governadores do Brasil inteiro. Isso é um crime e eu espero que o STF apure rapidamente quem comanda essas quadrilhas”, disse, ressaltando que quem compartilha também pode responder criminalmente.

“Quem cria é criminoso, mas quem ajuda a repassar essas mentiras também pode ser responsabilizado. Por isso, criamos esses canais com o objetivo de ajudar os baianos a conferirem a veracidade das informações, disseminando, deste modo, somente a verdade”, acrescentou.

Já nesta terça-feira (05), o petista enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto de lei que prevê multa para “quem elaborar, divulgar e utilizar softwares ou outros mecanismos para o compartilhamento em massa de notícias falsas”. “Esse é um enfrentamento à calúnia, mentira, falsidade e oportunismo. Nós iremos identificar esses criminosos, denunciá-los ao Ministério Público da Bahia e entraremos com ação criminal e

indenizatória contra todos aqueles que utilizarem essa prática de compartilhamento de mentiras dentro e fora do estado”, afirmou Rui.

Há iniciativas – a maioria projetos de lei – para combater fake news em pelo menos 19 estados, incluindo a Bahia e o Distrito Federal. A matéria do Executivo baiano é semelhante à do deputado governista Alex da Piatã (PSD), que propôs multar “quem divulgar por meio eletrônico notícias falsas/fake news sobre epidemias, endemias e pandemias”. Também há uma tentativa de criminalizar o compartilhamento de fake news em tramitação no Congresso Nacional. A proposta é do deputado federal Luís Miranda (DEM-DF).

Guilherme Reis

Tribuna

Orçamento de Guerra

Em seu terceiro dia seguido de votação, a Câmara dos Deputados concluiu a apreciação da proposta de emenda à Constituição (PEC 10/20) que cria o chamado "Orçamento de Guerra". A PEC incluiu benefícios para a iniciativa privada, ponto que gerou críticas da bancada de oposição. Coordenador da proposta pela oposição, o deputado federal Afonso Florence (PT-BA) criticou a ajuda ao sistema financeiro. O parlamentar lembrou as medidas de congelamento salarial e a autorização de demissões por empresas privadas, ao apresentar o destaque feito pelo PT. A proposta, derrotada na votação, proibia a distribuição de lucros e dividendos e juros de capital próprio de empresas beneficiadas pelo programa emergencial.

Consignados

O vereador Toinho Carolino (Podemos) afirmou ontem que é solidário aos milhares de servidores públicos municipais e estaduais que nesse momento de instabilidade econômica sofrem com a ansiedade de ter o desconto nos contracheques referente aos empréstimos bancários consignados. "A tensão familiar é muito grande, ninguém sabe o que pode acontecer e o desconto agora gera muito nervosismo, professores e auxiliares de classe têm nos procurado.

Presos

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Polícia Civil do RJ prenderam ontem Gabriell Neves, ex-subsecretário estadual de Saúde, e mais três pessoas. Além de Gabriell, foram presos Gustavo Borges da Silva e Aurino Batista de Souza Filho e Cinthya Silva Neumann. Gustavo substituiu Gabriell Neves no cargo na subsecretaria de Saúde após sua exoneração, em 20 de abril. O grupo é suspeito de ter obtido vantagens na compra emergencial de respiradores para pacientes de Covid-19 no estado. Na sua decisão, o juiz Bruno Ruliére, da Vara Criminal Especializada da Capital, diz que Gabriell e Gustavo atuaram, de acordo com as investigações, nos processos administrativos suspeitos.

Ação

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA) ajuizaram ontem pedido liminar para que a União viabilize o pagamento do benefício emergencial – concedido em função da pandemia de covid-19 – também pelo Banco do Brasil (BB) e pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O pedido foi adicionado aos já existentes na ação conjunta ajuizada no último 2 de maio, em que os MPs cobram providências para evitar aglomerações nas filas e nas agências bancárias em função do risco de contágio pela doença.

Pauta econômica

O presidente Jair Bolsonaro disse na saída do Alvorada que o ministro da Economia, Paulo Guedes, detém 99% do poder de decisão sobre a pauta econômica do governo. O 1% restante, no entanto, fica a cargo do presidente. "Quase 10 milhões de brasileiros perderam carteira assinada, os informais já perderam 80% do poder aquisitivo, estão sobrevivendo com parcela R\$ 600, que depois de dois meses acaba. E não tem essa de fabricar dinheiro, isso não existe, é inflação, caos e miséria", afirmou. Nesse instante, um apoiador disse que "o Paulo Guedes está de olho". "O Paulo Guedes é dono de 99% da pauta. Diria até para a imprensa ouvir ali", respondeu Bolsonaro.



Paulo Guedes

Perda total ou de parte da renda já atingiu 40% dos brasileiros

23% dos entrevistados perderam totalmente a renda

CAMILA BOEHM
Agência Brasil, São Paulo

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a perda do poder de compra já atingiu quatro em cada dez brasileiros desde o início da pandemia. Do total de entrevistados, 23% perderam totalmente a renda e 17% tiveram redução no ganho mensal, atingindo o percentual de 40%.

Quase metade dos trabalhadores (48%) tem medo grande de perder o emprego. Somado ao percentual daqueles que têm medo médio (19%) ou pequeno (10%), o índice chega a 77% de pessoas que estão no mercado de trabalho e têm medo de perder o emprego. De modo geral, nove em cada dez entrevistados consideram grandes os impactos da pandemia de coronavírus na economia brasileira.

Questionada sobre como pretende se comportar no futuro, a maioria dos brasileiros planeja manter no período pós-pandemia o nível de consumo adotado durante o isolamento, sendo que os percentuais variam de 50% a 72% dos entrevistados, dependendo do produto. Essa tendência, segundo a CNI, pode indicar que as pessoas não estão dispostas a retomar o mesmo patamar de compras que tinham antes.

Apenas 1% dos entrevistados respondeu que vai aumentar o consumo de todos os 15 itens testados pela pesquisa após o fim do isolamento social. Para 46%, a pretensão é aumentar o consumo de até cinco produtos; 8% vão aumentar o consumo de seis a dez produtos; e 2%, de 11 a 14 produtos. Para 44% dos entrevistados, não haverá aumento no consumo de nenhum dos itens.



José Souza / Ag. A TARDE / 25.2.2020

nham antes. Em relação ao retorno para o trabalho depois de terminado o isolamento social, 43% dos trabalhadores formais e infor-

tem seguros, enquanto 39% se dizem mais ou menos seguros e 18%, inseguros.

"As atenções dos governos, das empresas e da sociedade

de trabalho e têm medo de perder o emprego. De modo geral, nove em cada dez entrevistados consideram grandes os impactos da pandemia de coronavírus na economia brasileira.

A pesquisa mostra também que o impacto na renda e o medo do desemprego levaram 77% dos consumidores a reduzir, durante o período de isolamento social, o consumo de pelo menos um de 15 produtos testados. Ou seja, de cada quatro brasileiros, três reduziram seus gastos. Apenas 23% dos entrevistados não reduziram em nada suas compras, na comparação com o hábito anterior ao período da pandemia.

sumo de até cinco produtos; 8% vão aumentar o consumo de seis a dez produtos; e 2%, de 11 a 14 produtos. Para 44% dos entrevistados, não haverá aumento no consumo de nenhum dos itens.

Isolamento

Os dados revelam que a população brasileira continua favorável ao isolamento social (86%), apesar das possíveis perdas econômicas, e quase todo mundo (93%) mudou sua rotina durante o período de isolamento, em diferentes graus.

No cenário pós-pandemia, três em cada dez brasileiros falam em voltar a uma rotina igual à que ti-

nham antes. Em relação ao retorno para o trabalho depois de terminado o isolamento social, 43% dos trabalhadores formais e infor-

tem seguros, enquanto 39% se dizem mais ou menos seguros e 18%, inseguros.

"As atenções dos governos, das empresas e da sociedade devem estar voltadas, prioritariamente, para preservar vidas. Entretanto, é crucial que nos preocupemos também com a sobrevivência das empresas e com a manutenção dos empregos. É preciso estabelecer uma estratégia consistente para que, no momento oportuno, seja possível promover uma retomada segura e gradativa das atividades empresariais", disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

53% DA POPULAÇÃO ESTÁ ENDIVIDADA

Um dado apontado pela pesquisa da Confederação Nacional da Indústria e considerado preocupante é o endividamento, que atinge mais da metade da população (53%)

Preços de alimentos caem pelo 3º mês consecutivo

AGÊNCIA BRASIL

Roma

Os preços mundiais de alimentos caíram pelo terceiro mês consecutivo em abril, atingidos pelo impacto econômico e logístico da pandemia da Covid-19, anunciou a agência de alimentos da Organização das Nações Unidas ontem. A informação é da agência Reuters.

O índice de preço dos alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que mede as variações mensais de uma cesta de cereais, oleaginosas, laticínios, carne e açúcar, teve média de 165,5 pontos no mês passado, representando uma queda de 3,4%.

O índice de preços do açúcar atingiu a menor baixa em 13 anos, caindo 14,6% em relação a março, com a crise do novo coronavírus atingindo a demanda e oscilando o preço do petróleo, o que também reduziu a necessidade de cana de açúcar para produzir etanol, informou a FAO.

O índice de preços de óleo vegetal caiu 5,2%, atingido pela queda nos valores de óleo de palma, soja e colza, enquanto o índice de laticínios caiu 3,6%, com os preços da manteiga e do leite em pó registrando quedas de dois dígitos.

O índice da carne caiu 2,7%, com uma recuperação

parcial da demanda de importação da China, que não conseguiu equilibrar uma queda nas importações em outros lugares. A FAO também informou que os principais países produtores sofreram gargalos logísticos, enquanto as quarentenas impostas em muitos países causaram uma queda acentuada nas vendas.

"A pandemia está afetando os lados da demanda e da oferta de carne, já que o fechamento de restaurantes e a redução da renda das famílias levam a um menor consumo; e a escassez de mão de obra no lado do processamento está afetando os sistemas de produção na hora certa", disse o economista sênior da FAO Upali Galketi Aratchilage.

Por outro lado, o índice de preços dos cereais caiu um pouco, pois os preços internacionais do trigo e do arroz aumentaram significativamente, enquanto os do milho diminuíram acentuadamente.

Em alta

Os preços do arroz subiram 7,2% em relação a março, devido em grande parte às restrições temporárias à exportação do Vietnã, que foram posteriormente revogadas, afirmou a FAO. Os preços do trigo subiram 2,5% em meio a relatos de um rápido preenchimento da cota de exportação da Rússia.

Investimentos têm queda de 8,9%

**VINÍCIUS LISBOA E
KELLY OLIVEIRA**

Agência Brasil,
Brasília e Rio de Janeiro

O impacto econômico da pandemia do coronavírus causou uma queda de 8,9% nos investimentos em março, aponta pesquisa divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

A retração da Formação Bruta de Capital Fixo, como são chamados os investimentos, deu-se na comparação com fevereiro e puxou para baixo os dados do primeiro trimestre de 2020, que ainda terminou com

uma alta de 1,7% em relação ao fim de 2019.

O indicador analisado pelo Ipea mede os investimentos em aumento da capacidade produtiva da economia e na reposição da depreciação do estoque de capital fixo.

Na comparação com março de 2019, também houve queda: 0,9%. Já o primeiro trimestre de 2020 cresceu 4% frente ao mesmo período de 2019.

Os investimentos em máquinas e equipamentos tiveram um recuo de 15,1% em março, na comparação com fevereiro.

Essa retração foi maior

nas importações, que diminuíram 35,9%. A produção nacional desses equipamentos caiu com menor intensidade: 9,5%.

Outro componente do indicador, a construção civil também teve um resultado negativo em março, com uma diminuição de investimentos de 6,7%.

Capital privado

A retomada do crescimento da economia brasileira será principalmente com capital privado, afirmou ontem o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, José Salim Mattar

Júnior, em transmissão ao vivo feita pelo deputado Alexis Fonteyne (Partido Novo-SP).

De acordo com o secretário, há no mundo US\$ 1,5 trilhão disponível para investimentos, principalmente para geração e distribuição de energia, infraestrutura, concessões e saneamento. "O que precisamos é atrair esse capital estrangeiro através de segurança jurídica, de facilidade de entrada de capital e saída. Acredito que podemos fazer a retomada do crescimento do Brasil principalmente com capital privado", afirmou Salim Mattar.

Após corte de juros, dólar fecha com alta recorde

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

O corte maior que o esperado e a indicação de novas reduções na taxa Selic (juros básicos da economia) pelo Banco Central (BC) provocaram uma fuga de recursos do país que pressionou o câmbio e fez o dólar bater mais um recorde. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,84, com alta de R\$ 0,136 (+2,39%). Esse é o maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real.

O euro comercial fechou a R\$ 6,336, com alta de 2,67%. A libra comercial encerrou o dia vendida a R\$ 7,214, com alta de 2,22%.

O dólar operou em alta durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 11h30, superou os R\$ 5,87. No início da tarde, a moeda desacelerou a alta depois de o presidente Jair Bolsonaro declarar que pode vetar a retirada de algumas catego-

rias de servidores públicos estaduais e municipais do congelamento de salários, que consta do pacote de ajuda a governos locais aprovado quarta-feira pelo Senado. A cotação, no entanto, voltou a subir com mais intensidade perto do fim das negociações.

A divisa acumula alta de 45,52% em 2020. O Banco Central (BC) interferiu pouco no mercado. A autoridade monetária fez dois leilões de

contratos novos de swap cambial – que equivalem à venda de dólares no mercado futuro – e rolou (renovou) cerca de US\$ 500 milhões de contratos antigos que vencerão em junho.

Os investidores repercutiram a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que reduziu a Selic (taxa básica de juros) para 3% ao ano. Segundo o boletim Focus, pesquisa do BC com instituições financeiras, a maioria das instituições apostava que a taxa cairia para 3,25%.

Além de reduzir a taxa além do estimado, o BC indicou que pretende promover um novo corte de até 0,75 ponto percentual em junho, o que poderia levar a Selic para 2,25% ao ano.

Bolsa de Valores

O dia foi marcado por perdas no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou ontem aos 78.119 pon-

tos, com queda de 1,2%. O indicador chegou a operar em leve alta, por volta das 15h, mas despencou nas horas seguintes.

O Ibovespa não se beneficiou do clima mais tranquilo no mercado externo. Influenciado pela perspectiva de que estados norte-americanos amenizem as medidas de distanciamento, o Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou o dia com ganho de 0,89%.

Tribuna

Presidente diz que vai vetar possibilidade de reajuste

EMILLY BEHNKE
E GUSTAVO PORTO
O ESTADO DE S.PAULO

Após estimular a "blindagem" de diversas categorias de servidores públicos, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que vai vetar o trecho do projeto de ajuda aos Estados que abre possibilidade de reajuste salarial para as carreiras do funcionalismo, mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus.

"Eu sigo a cartilha de Paulo Guedes na economia. Se ele acha que deve vetar, assim será feito", disse o presidente. Ontem, porém, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), que capitaneou o movimento para beneficiar as categorias entre os deputados, revelou que a articulação teve o respaldo de Bolsonaro, com quem conversou duas vezes durante a votação. "Sou líder do governo e não líder de qualquer ministério", disse o deputado.

Guedes, que reclamou a

interlocutores de uma "bola nas costas", defendeu o veto ao trecho do projeto como contrapartida de governadores e prefeitos à ajuda de R\$ 125 bilhões da União. "Nós vamos pedir que veto o aumento de salários até dezembro do ano que vem", afirmou Guedes, em reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, da qual fez parte Bolsonaro, ministros e empresários.

A equipe econômica calcula que o congelamento garantiria uma economia de R\$ 130 bilhões para União, Estados e municípios. As mudanças feitas no Congresso, porém, derrubaram o alívio para R\$ 43 bilhões.

"Agora, há sempre manobras, empurra para cá, empurra para lá, manobra normal da democracia. Não estou reclamando em nada do processo democrático. Eu apenas pedi ao presidente que resolva com as ferramentas que ele tem, de vetar esse aumento, caso ele venha", continuou o ministro.

Perda da renda já atingiu 40% dos brasileiros na pandemia

AGÊNCIA BRASIL

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a perda do poder de compra já atingiu quatro em cada dez brasileiros desde o início da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). Do total de entrevistados, 23% perderam totalmente a renda e 17% tiveram redução no ganho mensal, atingindo o percentual de 40%.

Quase metade dos trabalhadores (48%) tem medo grande de perder o emprego. Somado ao percentual daqueles que têm medo médio (19%) ou pequeno (10%), o índice chega a 77% de pessoas que estão no mercado de trabalho e têm medo de perder o emprego. De modo geral, nove em cada dez entrevistados consideram grandes os impactos da pandemia de Covid-19 na economia brasileira.

A pesquisa mostra também que o impacto na renda e o medo do desempre-

go levaram 77% dos consumidores a reduzir, durante o período de isolamento social, o consumo de pelo menos um de 15 produtos testados. Ou seja, de cada quatro brasileiros, três reduziram seus gastos. Apenas 23% dos entrevistados não reduziram em nada suas compras, na comparação com o hábito anterior ao período da pandemia.

Questionada sobre como pretende se comportar no futuro, a maioria dos brasileiros planeja manter no período pós-pandemia o nível de consumo adotado durante o isolamento, sendo que os percentuais variam de 50% a 72% dos entrevistados, dependendo do produto. Essa tendência, segundo a CNI, pode indicar que as pessoas não estão dispostas a retomar o mesmo patamar de compras que tinham antes.

Apenas 1% dos entrevistados respondeu que vai aumentar o consumo de todos os 15 itens testados pela pesquisa após o fim do isolamento social.

Construção civil e indústria viram atividades essenciais

ANA KRÜGER
E MARCELO PARREIRA
G1 E TV GLOBO

O presidente da República, Jair Bolsonaro, decretou que as atividades de construção civil e industriais também são essenciais em meio à pandemia do novo coronavírus. A ampliação da lista de serviços e atividades considerados essenciais foi publicada no "Diário Oficial da União" (DOU) de ontem e já está em vigor. A última alteração da lista, que já inclui mais de 50 itens, foi feita em 29 de abril.

O decreto foi editado no mesmo dia em que Bolsonaro, acompanhado de um grupo de empresários e ministros, foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedir que medidas restritivas nos estados, motiva-

das pela crise do coronavírus, sejam amenizadas (veja no vídeo abaixo).

Ao serem classificadas como essenciais, as atividades e serviços podem continuar em operação mesmo durante restrição ou quarentena em razão do vírus.

De acordo com o decreto de ontem a indústria e a construção civil podem manter as atividades "obedecendo as determinações do Ministério da Saúde".

No decreto publicado em 29 de abril, Bolsonaro fixou que as definições pelo governo federal dos serviços e atividades essenciais "não afasta a competência ou a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas competências e de seus respectivos territórios".

Correio***24h****BRASIL****FAROL
ECONÔMICO****POR DONALDSON GOMES**

@donaldsongomes

**TODO MUNDO
QUER A FIOI**

Em meio a pandemia do coronavírus, o setor produtivo baiano e do setor público iniciaram uma mobilização junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pela análise do processo referente à licitação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). O ministro Aroldo Cedraz, do TCU, já recebeu ofícios do vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, e dos presidentes das federações das Indústrias (Ricardo Alban), Agricultura (Humberto Miranda) e Comércio (Carlos Andrade). A análise do TCU é hoje o último grande entrave para a implantação do projeto, cujo interesse na implantação ultrapassa as fronteiras baianas.

INTERESSE FEDERAL

A Fiol ganhou um forte padrinho também no governo federal. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, encantou-se com o projeto e fala abertamente sobre a determinação de concluir a obra na Bahia, mas também na sua extensão até o Tocantins. Não custa nada lembrar que a licitação pode representar um reforço de caixa bilionário para o governo federal em tempos de vacas magras.

500**bilhões de
reais por ano
devem ser
gerados em
royalties
mínimas****SOS nos insumos**

A compra de equipamentos de proteção individual (EPI) está se tornando uma operação de guerra para as empresas de saúde, diz a coordenadora do SOS Vida, Arauna Itaicy. O aumento da demanda e restrições logísticas em todo o mundo podem colocar em risco o abastecimento, acredita. As empresas do setor tinham um estoque com capacidade para apenas 47 dias em março, de acordo com a Associação Nacional de Hospitais Privados (ANHP). Antes da crise, o tempo era de até 120 dias. A entidade também registrou alta de até 500% em alguns produtos.

Turismo em colapso

O turismo brasileiro já computou perdas de R\$ 14 bilhões este ano, com 295 mil demissões em 571 atividades que dependem do segmento de viagens. Uma carta enviada pelo setor ao governo federal aponta um risco real de colapso na atividade, com prejuízos que vão persistir mesmo após a pandemia. O documento assinado por representantes de oito entidades representativas nacionais lembra que sem resorts, hotéis, parques e atrações não tem turismo. E sem isso, como se dará a retomada dos serviços de transporte aéreo, entre outros?

NO HORIZONTE

- **Michelin.** Além de ter aderido ao movimento empresarial "Não Demita", a Michelin doou 9 mil máscaras à Prefeitura de Igrapiúna, que serão utilizadas nas ações de combate à COVID-19. A empresa também doou 3 mil máscaras ao Hospital Dr. Antonio da Costa Pinto Dantas, em Ituberá.
- **#BonsExemplos.** Vamos divulgar bons exemplos de empresas durante a pandemia. Tem algum? É só marcar @donaldsongomes e @correio24horas no Twitter, Instagram ou LinkedIn.

● É imprescindível criar um plano de contingência prevendo todas as variáveis
Arauna Itaicy

Coordenadora do SOS Vida

ÚLTIMOS DIAS

STARTUPS DE TODO PAÍS TEM ATÉ O DIA 15 DESTES MÊS PARA SE INSCREVER NO OCVAN WAVES CHALLENGE, COM OBJETIVO DE APRESENTAR SOLUÇÕES INOVADORAS PARA DESAFIOS INTERNOS DA EMPRESA DO SETOR DE ÓLEO & GÁS.

INSCRIÇÕES

AS INTERESSADAS DEVEM ACESSAR O WWW.OCVANWAVES.COM

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Mais*

LOCKDOWN NÃO ESTÁ DESCARTADO E MEDIDA PODERÁ SER ESTENDIDA POR TODA A CIDADE

Bairros de Salvador terão bloqueios contra 'escapadas'

Restrições de locomoção mais rigorosas afetam Boca do Rio, Centro e Plataforma

Hilza Cordeiro

REPORTAGEM
hilza.cordeiro@redebahia.com.br

O Centro de Salvador e os bairros da Boca do Rio e Plataforma terão medidas restritivas mais duras a partir desse sábado. O anúncio foi feito ontem, em conjunto pelo prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa. Bloqueios de acesso e blitzes de testes da covid-19; além de outras medidas, serão tomadas pela administração municipal nos locais para diminuir o avanço da pandemia do novo coronavírus na capital.

A princípio, as ações da

prefeitura vão durar sete dias, mas há a possibilidade de renovação e extensão dos bloqueios para outras áreas da cidade que registram aglomeração de pessoas.

Se chover muito neste final de semana em Salvador, a prefeitura adiará a adoção dos bloqueios nas três regiões para a segunda-feira, dia 11.

Na coletiva conjunta feita por videoconferência, o governador Rui Costa legitimou o planejamento feito pela prefeitura de Salvador.

"A Bahia, por ser um estado muito grande, do tamanho da França, a gente fez a opção de adotar medidas de restrição de convívio social e de proteção progressivas, de acordo

com a região, com a cidade, sempre dialogando com o poder local", disse.

De acordo com o prefeito ACM Neto, as medidas de restrição não podem ser chamadas de "lockdown", visto que esta ação envolve isolamento total e compulsório. A estratégia da prefeitura é a regionalização inicialmente.

"A gente percebeu que em alguns lugares o fluxo de pessoas e de veículos se aproxima do normal", revelou Neto.

TRÁFEGO

A decisão pela interdição do Centro, Boca do Rio e Plataforma foi tomada com base em dados relativos à circulação de ônibus e demais veículos, assim como o fluxo de pessoas nos coletivos.

A prefeitura ainda levou em conta as informações de descumprimento de decretos, como os estabelecimentos comerciais que insistem em abrir as portas, além dos números de casos confirmados da covid-19 nos bairros.

LOCKDOWN

O que é
Lockdown ou Bloqueio Total é o nível de segurança mais alto, necessário em casos de ameaça grave ao sistema de saúde. Todas as entradas do perímetro atingido são bloqueadas por profissionais de segurança. Ninguém tem permissão de entrar ou sair desse perímetro. A ideia é desacelerar as transmissões do vírus.

Onde já tem?
No Brasil, já foi adotado em São Luís, no Maranhão, em Fortaleza, no Ceará, e em Niterói, no Rio de Janeiro, o governo anunciou ontem a adesão.

E o estado?

O governo da Bahia também não descarta a adoção do lockdown no estado, mas no momento não há previsão para isso. Segundo a gestão estadual, a decisão depende da evolução da taxa de crescimento da covid-19 na Bahia. O isolamento total, caso seja adotado, não deve acontecer em todo o estado ao mesmo tempo também. O assunto é discutido exclusivamente pelo gabinete de crise do governo neste momento.

Prefeituras e governo darão R\$ 500 para pessoas infectadas

Um benefício de R\$ 500 será concedido pelo governo e prefeituras baianas para pacientes infectados por coronavírus que aceitarem ser encaminhados para centros de acolhimento no estado.

Em Salvador existem três unidades dessas: Parque de Exposições, Rio Vermelho e Itapuã. Conforme anunciou o governador Rui Costa, ontem, a medida deverá ser aplicada em outras cidades como Ilhéus e Itabuna.

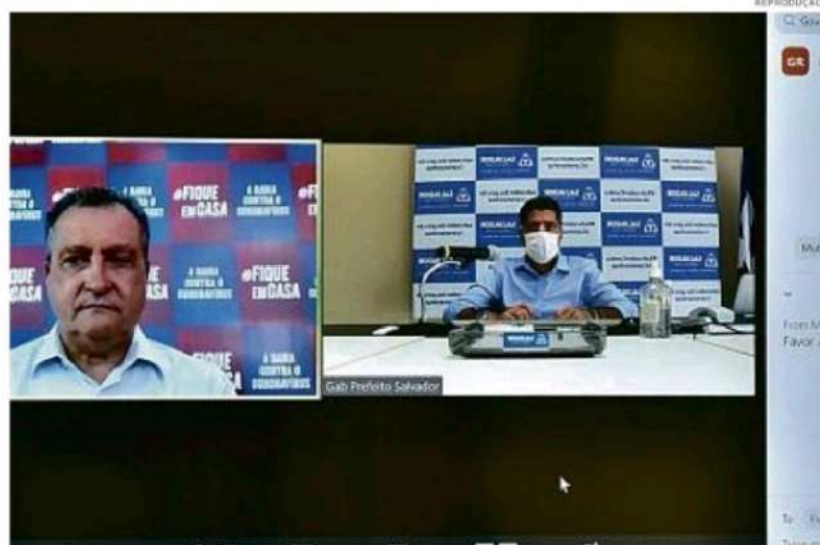
As unidades de acolhimento são destinadas para pessoas em vulnerabilidade social que moram em residências pequenas, mas possuem uma família numerosa. Na capital, os internados já recebem duas cestas básicas pelo período em que permanecerem internados.

Segundo o governador Rui Costa, o auxílio será limitado a mil pessoas por município para impedir que pessoas se infectem proposadamente para ter acesso ao recurso. Se a cidade não tiver mil casos registrados, o teto de concessão do benefício será o número de casos ativos.

ENTENDA AS MEDIDAS NOS TRÊS BAIRROS:

- **Trânsito e transporte**
A população terá acesso total aos coletivos, metrô e demais meios públicos. No entanto, serão feitas interdições em algumas vias, das 7h às 19h;
- **Máscaras**
Na Boca do Rio, Centro e Plataforma, a prefeitura fará distribuição em massa de máscaras, medição de temperatura e aplicação de testes rápidos em pessoas a bordo de veículos;
- **Limpeza**
Haverá a intensificação da higienização das principais ruas dos três bairros, que inclui a orientação dos moradores quanto ao enfrentamento do mosquito *aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, zika e chikungunya, doenças que também tiveram aumento expressivo de casos na cidade;
- **Assistência Social**
A operação contará ainda com profissionais itinerantes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Veja todas as medidas em: go.br/3dnU7a3



O prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa falaram sobre as medidas restritivas e outros dados da covid-19 durante entrevista conjunta por vídeo

“ Fizemos uma opção de adotar medidas de restrição de convívio social e de proteção progressivas, por região”
Rui Costa

Governador da Bahia

“ A gente percebeu que em alguns lugares o fluxo de pessoas e de veículos vem se aproximando do normal”
ACM Neto

Prefeito de Salvador

Mais da metade dos leitos no estado está ocupada

NOVO CORONAVÍRUS A Bahia registra 4.528 casos confirmados de covid-19 e 165 mortes. No último boletim divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), eram 4.301 diagnósticos - um crescimento de 227 infectados notificados (5,2%) em 24 horas e cinco óbitos a mais (3,1%).

Segundo a pasta, dos 855 leitos disponíveis do Sistema Único de Saúde (SUS) exclusivos para covid-19, 432 possuem pacientes (51%). Já entre os 422 leitos de UTI adulto e pediátrico exclusivos para o tratamento do coronavírus, 228 estão ocupados (54%).

A Sesab informa que o número de leitos é flutuante e representa o quantitativo de vagas disponíveis no dia. Intercorrências com

equipamentos, rede de gases ou equipes incompletas, por exemplo, inviabilizam a disponibilidade do leito, sendo que novas vagas são abertas progressivamente, de acordo com o aumento da demanda.

Em uma pesquisa divulgada ontem com dados de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) posicionou a Bahia em 17º lugar no país em número de leitos de UTI: dez por 100 mil habitantes. Em Salvador, em 2019, eram 32 leitos de UTI por 100 mil habitantes, o que colocava a capital em 12º lugar entre as demais.

Desde então e após a pandemia do novo coronavírus, novos leitos têm sido abertos. Segundo o governo estadual, Uma estrutura com 2.685 leitos de referência entre clínicos e UTIs, adultos e pediátricos, está sendo implantada para o atendimento dos infectados pelo vírus,

DADOS

660 pacientes estão internados em leitos clínicos ou de UTI exclusivos para o tratamento da doença

165 mortes foram registradas na Bahia, em decorrência da covid-19, segundo a Sesab

sendo 1.428 leitos na capital e 1.257 leitos no interior.

Nos hospitais da prefeitura, são 933 leitos apenas para atender a pacientes com a covid-19.

Ainda de acordo com o boletim com os números da doença, há 1.070 pacientes recuperados em todo o estado e 3.293 pessoas monitoradas pela vigilância epidemiológica e com sintomas (os chamados casos ativos).

A 165ª morte foi um homem de 78 anos, residente em Camaçari, na região metropolitana, e portador de doença respiratória crônica. Ele foi admitido em uma UPA de Camaçari no último sábado (2) e morreu na segunda-feira (4).

Os diagnósticos já foram registrados em 158 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (63,54%, com 2.877 contaminados).

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 08/05/2020	Página:

Correio*

PEC DO ORÇAMENTO DE GUERRA É PROMULGADA

GASTOS O Congresso Nacional promulgou, na tarde de ontem, a Proposta de Emenda à Constituição 10/2020, que trata do Orçamento de Guerra, para combater a crise gerada pela pandemia de covid-19. A PEC permite a separação dos gastos para o combate ao vírus do Orçamento Geral da União. O texto autoriza a União a descumprir a chamada “regra de ouro”, mecanismo constitucional que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e custeio.

Correio*

miriam leitão


 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Seria só insólita se não fosse uma absurda pressão de um poder sobre o outro. A marcha para o Supremo foi uma total quebra de protocolo da relação entre os poderes. E tudo aconteceu num rompante. O presidente decidiu no meio da conversa com empresários, o advogado-geral da União, José Levi, ligou para o presidente do STF dizendo que o presidente queria ir para lá com empresários e alguns ministros. E saíram andando pela Praça dos Três Poderes. Os ministros do Supremo entenderam o gesto como uma tentativa do presidente de responsabilizar a Justiça pela crise.

Alguns ministros que acompanharam Bolsonaro admitiram depois que ficaram constrangidos com a cena da qual tiveram que participar. No Supremo, outros ministros discordaram da reunião. O próprio Dias Toffoli não tinha como recusar. A grande questão é o que Bolsonaro queria com o gesto?

Há várias leituras possíveis. Pode-se entender que ele quis dizer para os empresários que é o Supremo, a Justiça, que não está deixando a retomada da economia em razão de suas decisões. Na verdade, eu acho que é insegurança. O governo não

sabe o que fazer e quer passar a batata para o outro lado da praça. Mas sem protocolo, sem coordenação, sem planejamento e sem segurança sanitária coordenada nacionalmente, não é um juiz que vai decidir isso - resume um dos ministros do STF.

O evento causou irritação, porque lembrava uma tentativa de intimidação. E o presidente levou até o filho investigado que já foi beneficiado, ainda que temporariamente, por uma decisão do próprio ministro Dias Toffoli, quando suspendeu os inquéritos com base no Coaf, perdido pela defesa de Flávio.

O que foi falado lá tinha várias incorreções.

"Estão aqui grandes empresários que representam mais de 40% do PIB", disse Bolsonaro.

Errado. A indústria de trans-

formação é 11% do PIB, e eles, da coalizão indústria, dizem que são 40% da indústria. Isso significa 4,5% do PIB. Não é pouco, são setores importantes para a economia, mas a ordem de grandeza é bem diferente da que o presidente falou.

"Economia também é vida", disse o presidente Bolsonaro.

Lá fora, ele repetiu essa ideia: "Dizem que a economia deixa pra lá, que o importante é a vida. Não é assim não".

O líder do grupo, Marco Polo de Mello Lopes, que representa a siderurgia, disse que a indústria enfrenta duas crises, a da Covid e a da queda da demanda "fruto, evidentemente, das decisões de fechamento por parte dos estados". Ou seja, tudo o que Bolsonaro gosta de ouvir, a culpa é dos governadores. O

Despropósito constrangedor

presidente da Abrinq, Synésio Batista da Costa, disse que há risco "de morte do CNPJ" e argumentou que "o mundo inteiro está operacional, até a China". Ora, as retomadas que deram certo esperaram a redução das mortes e das infecções.

Em todo o desarrazoado evento houve várias frases infelizes que pareciam valorizar mais a economia que a vida humana. Evidentemente que a economia é importante, mas a normalidade não pode ser baixada por liminar. O lobby industrial não pode desembarcar em Brasília, juntar-se ao presidente, ao ministro da Economia, a ministros militares e marchar sobre o Supremo para dizer que vai ter um colapso se as atividades não forem liberadas agora. O país está tendo uma média de

600 mortes por dia e já passamos de nove mil mortos, além da nossa vasta subnotificação. Lamentaram a morte do CNPJ, falaram de indústria na UTI, usaram figuras de linguagem de mau gosto. E num gesto inútil, porque o que precisa acontecer para que a economia possa voltar o mais rapidamente possível é o governo governar. Foi isso mais ou menos que o ministro Dias Toffoli disse.

Ter que fazer todo esse carnal para ouvir de um ministro do Supremo que o governo precisa falar com os governadores e os prefeitos, precisa criar um comitê de crise é vexatório. Isso é o básico, já deveria ter acontecido, a coordenação entre os entes federados e a União no meio de uma pandemia em que cemitérios e hospitais entram em colapso é o mínimo que se esperava desde o primeiro momento.

O ministro Paulo Guedes, com suas contas improváveis, disse coisas como "os Estados Unidos desempregaram 25 milhões de pessoas em cinco semanas e nós preservamos 5,5 milhões de empregos". E mais uma vez prometeu que "o Brasil vai surpreender o mundo". Mais do que já está surpreendendo?

MARCHA AO SUPREMO

Das Agências

REPORTAGEM

correio24horas@redetbahia.com.br

Depois de sofrer uma série de derrotas na arena judicial, o presidente Jair Bolsonaro levou ontem uma comitiva de empresários à sede do Supremo Tribunal Federal (STF) e fez pressão para que o presidente da Corte, Dias Toffoli, amenizasse as medidas de isolamento social decretadas por estados para combater a pandemia do coronavírus. Acompanhado de ministros, parlamentares e empresários, Bolsonaro atravessou a Praça dos Três Poderes a pé e, numa visita surpresa, fez um apelo a Toffoli para que fosse permitida a reabertura do comércio, sob o argumento de que há riscos de o Brasil "virar uma Venezuela".

"A nossa união [entre os Três Poderes], a coragem que nós temos para enfrentar esse problema, é que pode evitar que o país mergulhe numa crise econômica de que dificilmente poderá sair", disse o presidente Bolsonaro.

A ida do presidente ao STF não estava prevista na agenda oficial, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social. Procurada, a assessoria do STF informou que o encontro com Toffoli foi marcado de última hora e também não estava previsto na agenda do ministro. O movimento do presidente foi visto no STF como "um jogo de cena" para terceirizar responsabilidades e dividir com a Corte o ônus da crise política, econômica e sanitária que abala o seu governo. Causou incômodo, ainda, a transmissão ao vivo da reunião, feita por Bolsonaro em seu perfil no Fa-

Governo Com empresários, Bolsonaro vai ao Supremo e faz apelo pelo fim do isolamento social

Bolsonaro foi a pé ao Supremo Tribunal Federal com ministros e grupo de empresários

cebook, sem conhecimento prévio do Supremo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que apesar dos programas do governo de crédito e auxílio, para proteção da renda das pessoas por três meses, talvez a indústria não consiga se manter com essa ociosidade e baixa demanda e a economia entre em colapso antes. "Embora haja proteção, o povo tem a mão o dinheiro na mão, daqui a 30 dias pode ser que comece a faltar nas prateleiras e desorganizar a produção brasileira e entrar em sistema de, não só de colapso economia, de desorganização social", afirmou Paulo Guedes.

De acordo com o presidente executivo do Instituto Aço Brasil e coordenador da Coalizão Indústria, Marco Polo de Mello Lopes, os industriais estão enfrentando uma crise profunda de demanda ocasionada pelo fechamento do comércio. "Se pudesse resumir e fazer uma caracterização, a indústria está na UTI e, para sair, precisa que ocorram as flexibilizações, de maneira que roda volte a rodar", disse, após o encontro com Toffoli.

Em uma rede social, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, criticou a fala dos empresários.

"A população não pode mais cair em provocações que opõem dois valores e colocam o brasileiro para brigar. Raciocínios pobres, argumentos rasos, metáforas incabíveis. CNPJ na UTI? Já são mais de 8 mil CPFs perdidos, sem chance de recuperação! Não validemos este debate lunático", afirmou.

REAÇÃO DE TOFFOLI

Apesar da pressão, o presidente teve de ouvir de Toffoli recados sobre governança. O presidente do STF propôs um "comitê de crise" para acompanhar os desdobramentos da pandemia. Foi uma crítica à falta de política centralizada por parte do governo. Toffoli também defendeu uma saída do isolamento de "maneira coordenada com estados e municípios" e lembrou que a Constituição garante competências específicas para os entes da federação.

A mensagem do ministro foi interpretada por auxiliares como um "puxão de orelha" em Bolsonaro, que está em um cabo de guerra com prefeitos e governadores para a reabertura do comércio. Toffoli ainda observou que as medidas de combate ao novo coronavírus devem ser tomadas a partir de "critérios científicos".



MAURICO CORREA/IPS

Bolsonaro diz que vai vetar reajuste de servidores

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que vai vetar trecho do projeto de lei aprovado anteontem pelo Congresso Nacional que deixa várias categorias do funcionalismo de fora do congelamento de salários de servidores públicos, proposto pelo governo. "O Parlamento entendeu que certas categorias poderiam ter reajuste. O que nós decidimos: eu sigo a cartilha de [ministro da Economia] Paulo Guedes. E não é de maneira cega, é de maneira consciente, e com razão. E se ele acha

Se ele [ministro Paulo Guedes] acha que deve ser vetado, esse dispositivo, assim será feito. Nós devemos salvar a economia, porque economia é vidão
Jair Bolsonaro

Presidente da República

que deve ser vetado esse dispositivo, assim será feito", disse Bolsonaro.

O projeto, que garante auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões a estados, municípios e o Distrito Federal para o combate ao novo coronavírus, tinha como contrapartida a suspensão do reajuste. Mas, além dos profissionais de saúde, de segurança pública e das Forças Armadas, os parlamentares excluíram do congelamento os trabalhadores da educação pública, servidores de carreiras periciais, Polí-

cia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

Para o presidente, em meio às restrições do comércio como prevenção à disseminação do novo coronavírus no país, enquanto muitos cidadãos perdem seus empregos e trabalhadores informais perdem seu poder aquisitivo, os servidores públicos mantêm a estabilidade e o salário.

Dólar sobe 2,4% e vai a R\$ 5,84, novo recorde histórico

Reação Investidores não gostaram do corte da taxa básica de juro pelo Copom

Das agências

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

O dólar subiu ontem 2,4% e fechou o dia cotado a R\$ 5,84, novo recorde histórico nominal. Segundo operadores, a oscilação refletiu a decisão do Banco Central de cortar a taxa básica de juros (Selic) para 3% e também sinalizar nova redução em junho - o que deve diminuir ainda mais o interesse de investidores estrangeiros em aplicar seus recursos no País.

De novo, o real registrou o pior desempenho frente ao dólar considerando uma cesta com 34 moedas internacionais. No mês, a moeda americana tem valorização de 7,4%, com ganho de 45% no acumulado do ano.

Para tentar evitar maior oscilação, o Banco Central chegou a fazer duas intervenções extraordinárias, vendendo US\$ 500 milhões em swap pela manhã e outros US\$ 500 milhões no final da tarde. Essas operações equivalem à venda de moeda no mercado futuro.

Nas duas operações, porém, o leilão acabou produzindo pouco efeito porque, segundo operadores, o mercado queria também dólar à vista. Na máxima do dia, a moeda americana bateu em R\$ 5,87.

RISCO DE PIORA

"O real permanece para nós como uma das moedas de país emergente com o maior risco de piora", afirmou o analista de moedas do Commerzbank, Antje Praefcke.

Ela observa que o BC deixou as portas abertas para um novo corte de juros em junho, de até 0,75 ponto percentual, o que ajuda a pressionar ainda mais o câmbio. O ambiente doméstico brasileiro - que mistura a necessidade de juros baixos para fazer face a piora da atividade, uma piora das contas fiscais e turbulência política - é negativo para o real.

O ex-diretor do BC, Sergio Goldenstein, alerta em seu Twitter que o Brasil está caminhando para um juro real negativo e, se ajustado pelo prêmio de risco, a comparação com outros países fica pior. Para ele, a Selic mais baixa "pouco ou nada contribuirá" para reverter o cenário de atividade fraca e tende a acentuar a desvalorização cambial, aumentando a distorção de preços relativos.

"O dia foi tenebroso. O corte de juros surpreendeu e deixou a sinalização de nova redução em junho (na próxima reunião do Comitê de Política Monetária do BC), o que pode ser da mesma magnitude", completou o chefe da mesa de câmbio da Terra Investimentos, Vaneí Nagem.

2,4

por cento foi quanto a moeda americana se valorizou ontem frente ao real

45

por cento é a valorização do dólar no acumulado do ano no Brasil

1

bilhão de dólares foi vendido pelo Banco Central ontem para tentar conter a alta da moeda americana

1,2

por cento foi o recuo na Bolsa de Valores de São Paulo no pregão de ontem



No acumulado deste ano (de janeiro até hoje) a moeda americana já se valorizou 45% frente ao real

BOLSA

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o pregão com um recuo de 1,2%, aos 78.118 pontos. Continuou a pesar na avaliação dos investidores a perspectiva de queda acentuada da atividade industrial nos próximos meses, em função da quarentena determinada para tentar combater a disseminação do coronavírus. Outro motivo apontado por operadores foi o desdobramento da crise política entre o presidente Jair Bolsonaro e lideranças do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF).

O movimento financeiro chegou a R\$ 30,9 bilhões, valor mais alto do que o registrado diariamente ao longo da semana passada. Com o pregão de ontem, o Ibovespa passou a acumular queda de 2,97% no mês e de 32,45% desde o início do ano.

As ações de bancos voltaram a fechar em baixa, após redução maior do que esperada na Selic e a divulgação do resultado trimestral do Banco do Brasil, com queda do lucro em meio a aumento das provisões - assim como observado em divulgações anteriores referentes ao primeiro trimestre, de Bradesco e Itaú Unibanco. A ação PN do Bradesco cedeu hoje 4,30% e a do Itaú, 3,60%, com Santander em baixa de 5,38% e Banco do Brasil, de 2,70%, no fechamento da sessão.

A acentuação das perdas do Ibovespa no ajuste de encerramento, quando se posicionou perto da mínima do dia, refletiu o aumento da correção negativa nas ações de bancos e a limitação nos ganhos de Vale e, especialmente, Petróbras.

Na Bahia, moeda é vendida a R\$ 4,85

O dólar comercial atingiu valor recorde ontem, operando próximo aos R\$ 5,90. Mesmo assim, a alta não foi muito sentida nas casas de câmbio de Salvador que trabalham com o dólar turismo (que é usado para viagens e tem cotação própria). Por causa da baixa demanda, o dólar turismo tem sido negociado abaixo da cotação do Banco Central do Brasil.

O CORREIO fez um levantamento entre as casas de câmbio que continuam operando e encontrou a moeda americana sendo vendida a R\$ 4,85 em um estabelecimento na Barra - R\$ 1,02 mais barato que a cotação oficial na modalidade comercial.

Em outras quatro casas ouvidas pela reportagem, o valor variava entre R\$ 5,45 e R\$ 5,85. Apenas uma, também localizada na Barra, vendia a moeda a R\$ 5,90, acima da cotação oficial. Os atendentes atribuem o valor a baixa demanda por moedas estrangeiras durante a pandemia.

Além do dólar, euro e libra terem atingido valores recordes nesta quinta, poucas pessoas estão viajando para fora do Brasil e, consequentemente, trocando real por moedas estrangeiras.

ENTENDA A ALTA DO DÓLAR

Covid A doença provocada pelo novo coronavírus paralisou a economia de todo o mundo. Vários países adotaram medidas de isolamento social, provocando recessão. No primeiro trimestre, a China encolheu 6,8%, e os EUA, 4,8%. Em meio a este cenário de incertezas, os investidores retiraram seus recursos de aplicações mais arriscadas ou de países estrangeiros que procura segurança do dólar

Juro baixo A decisão do Copom de reduzir a taxa de juro básica da economia em 0,75 pontos percentuais pegou o mercado de surpresa e deixou o Brasil menos atrativo para o investidor estrangeiro que procura maior rentabilidade em países com juro maior

Incerteza política O investidor vê o governo com dificuldade de articulação e criando crises políticas, aumentando o risco para seus ganhos

Quadro fiscal O aumento de gastos do governo com as ações para combater o coronavírus é outro fator de risco para os investidores. Para a dívida sobre a capacidade de pagamento por parte do governo

Planejamento Até o momento pouco se sabe de planos para relançar a economia brasileira depois que a pandemia passar. O investidor então, vê o país como uma opção de baixo rendimento e alto risco.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 07 de Maio de 2020 - 22:35

BNDES lança chamada pública para fundos de crédito para microempresas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou nesta quinta-feira (7), uma chamada pública para seleção de dez fundos de crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e empreendedores individuais.

Os fundos serão selecionados até o dia 30 de junho próximo. O BNDES pretende aportar até R\$ 4 bilhões nesses fundos de crédito para as MPMEs, por meio de sua subsidiária de participações acionárias, a BNDESPAR.

O objetivo é proporcionar financiamento a empresas com pouco ou nenhum acesso a crédito bancário, além de aumentar a oferta de canais de financiamento e incentivar a concorrência entre agentes. O BNDES estima alcançar até 100 mil empresas com esta iniciativa, segundo a Agência Brasil.

O diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES, Bruno Laskowsky, destacou, em entrevista coletiva pela internet, que essa modalidade de crédito é também estruturante, porque amplia as possibilidades de acesso de crédito para esse segmento econômico e permanecerá após o momento emergencial que o país está vivendo. Além disso, começa a criar as bases para ter um acesso ao crédito mais diversificado e com outros canais que possam trazer a liquidez para o mercado no momento atual e mais à frente.

A ideia do banco ao lançar esses fundos de crédito é ampliar o acesso ao crédito para os pequenos empresários e empreendedores. "A gente vai utilizar canais hoje não tradicionais no BNDES, estamos falando de 'fintechs' (empresas de tecnologia), de grandes operadores de "adquirência", aqueles que colocam as maquininhas nos pontos de venda. Então, a gente amplia o acesso ao crédito, amplia a possibilidade de acessibilidade desse crédito e adiciona a todos os outros mecanismos bancários que nós temos esse crédito na ponta". A importância desses novos fundos é fazer chegar a liquidez àqueles que mais precisam. A iniciativa vem ao encontro da preocupação do BNDES com o social, salientou o diretor.

O chefe do Departamento de Gestão de Investimentos em Fundos do BNDES, Filipe Borsato, acentuou que com esses fundos, o banco está seguindo a tendência mundial de ter múltiplos canais de crédito acessíveis a toda a sociedade. Afirmou que através da seleção dos parceiros de crédito, será facilitado o caminho entre os recursos do BNDES e do mercado privado também ao pequeno empreendedor. Esses parceiros de crédito serão no formato digital, em diferentes plataformas.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 08/05/2020	



Coronavírus

Guedes reclamou com Bolsonaro de mudanças na proposta de congelamento salarial de servidores



08 de Maio de 2020 às 08:53 Por: *Marcelo Casal Jr./Agência Brasil* Por: *Redação BNews* 0 comentários

O ministro Paulo Guedes ficou desagradado com a mudança na contrapartida do congelamento salarial de servidores para o auxílio direcionando a estados e municípios, impactados pela queda de arrecadação em meio à crise do novo coronavírus.

De acordo com informações da Folha de S. Paulo, Guedes e Bolsonaro tiveram uma reunião dura nesta quinta-feira (7), quando o ministro se queixou por diversas categorias ficarem de fora do projeto no texto final.

Na conversa, o ministro teria apelado para o veto do presidente e advertiu para efeitos negativos na economia, como a reação negativa de investidores. Ele salientou ainda que a medida é injusta, uma vez que o setor privado tem sofrido com a recessão e com demissões em massa.

Para auxiliares de Guedes, Bolsonaro quer atender a diferentes interesses, mas sabe do risco do desalinhamento ao ministro, justamente em uma época onde tenta o apoio do Centrão para garantir a sua governabilidade.

Veículo: Política Livre	
Data: 08/05/2020	Caderno: Economia

País tem deflação de 0,31% em abril por causa do coronavírus, diz IBGE

ECONOMIA

A inflação oficial brasileira terminou abril em queda de 0,31% —ou seja, houve deflação—, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta sexta-feira (8).

Os números foram influenciados pela queda de 9,59% nos preços dos combustíveis, com os sucessivos cortes no preço da gasolina e do diesel, após a pandemia do novo coronavírus derrubar a demanda global por petróleo.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) marcou deflação pela primeira vez em 2020, a primeira desde setembro de 2019, quando os preços dos alimentos recuaram e ajudaram a derrubar a inflação daquele mês.

Em março deste ano, impulsionado pela alta no preço dos alimentos, o índice oficial de inflação do país havia ficado em 0,07%, contra 0,25% do mês anterior.

Veículo: Política Livre	
Data: 07/05/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

07 de maio de 2020 | 21:51

Bolsonaro frustra setor do etanol ao negar aumento da Cide da gasolina

ECONOMIA

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou nesta quinta-feira (7) que não vai aumentar a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a gasolina, num gesto que atende seu ministro da Economia, Paulo Guedes, mas frustra o setor sucroalcooleiro brasileiro.

Sob o argumento de que a queda do preço da gasolina ameaça quebrar o setor, a cadeia do etanol tem pedido ao governo um pacote de resgate para que o álcool recupere competitividade e, com isso, os produtores consigam atravessar o momento mais agudo da crise do novo coronavírus.

“Para tornar o álcool competitivo, tem dois caminhos: lutar junto aos governadores para diminuir ICMS ou junto ao governo [federal] para aumentar o imposto da gasolina, [que] seria a Cide”, declarou o mandatário, na entrada do Palácio da Alvorada.

Ele revelou ainda que o tema dividiu o governo: os ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Tereza Cristina (Agricultura) eram favoráveis à recomposição da Cide, enquanto Guedes se opunha à medida. Bolsonaro ressaltou que segue o posicionamento de Guedes, que vai ao encontro do que foi prometido na campanha eleitoral sobre não haver aumento de impostos.

“Não acho justo aumentar a Cide para ajudar o setor sucroalcooleiro”, concluiu.

O segmento de derivados da cana-de-açúcar tem sofrido com os impactos da crise da Covid-19, especialmente a queda do preço da gasolina.

Em carta encaminhada no dia 14 de abril ao presidente, a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e outras entidades afirmaram que o etanol tem sido vendido abaixo do seu preço de mercado e que, se nada for feito, as usinas terão que interromper a safra.

Segundo as entidades, a situação ameaça 2,3 milhões de empregos diretos e indiretos.

Os produtores apresentaram uma lista de pedidos ao governo, que, além do incremento da Cide, incluía a isenção temporária de impostos federais que incidem sobre o etanol hidratado e o financiamento de estoques.

O presidente da Unica, Evandro Gussi, disse que a declaração de Bolsonaro desta quinta é “preocupante” e que o setor está “à beira de um colapso”.

“Não é a resposta que esperávamos. É preocupante, porque o setor está à beira de um colapso. Mas vemos que o presidente não virou as costas para o setor sucoenergético. Entendemos que o diálogo continua aberto e, juntos, podemos encontrar uma forma de minimizar os danos”, afirmou.

O pacote de ajuda vinha sendo negociado com os ministros de Minas e Energia e da Agricultura, além de integrantes da equipe econômica.

Na terça-feira (5), Bolsonaro chegou a tratar do tema em reunião no Palácio do Planalto com Tereza Cristina, Bento Albuquerque e o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto.

Outra liderança do setor consultada pela Folha se disse “perplexa” com o anúncio do presidente. Embora o aumento da Cide seja apenas uma das pernas das reivindicações do segmento, ela entende que Bolsonaro sinalizou que tampouco deve conceder qualquer tipo de abatimento de impostos federais sobre o etanol.

Folhapress

coronavírus mercado



CONGRESSO PROMULGA ORÇAMENTO DE GUERRA
Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), à esquerda, e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), durante a promulgação da PEC do Orçamento de Guerra, que retira amarras fiscais para ações de combate ao coronavírus e amplia poderes do BC. *Luiz Felipe Silva / Agência Senado*

Bolsonaro diz que vetará reajuste de servidor

Trecho da lei de socorro a estados e municípios aprovada no Congresso, porém, fora avalizado pelo próprio presidente

Ricardo Della Coletta, Mathheus Teixeira e Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (7) que vai vetar um trecho da lei de socorro financeiro a estados e municípios que libera reajustes salariais a servidores públicos até o fim de 2021 em razão da pandemia do novo coronavírus.

A medida, porém, foi aprovada pelo Congresso com o aval do próprio presidente. Nesta quarta-feira (6), o Senado finalizou a votação da ajuda aos entes federados de R\$ 125 bilhões durante a crise da Covid-19.

Havia um dispositivo que previa entre as contrapartidas o congelamento de salários em municípios, estados e também na União. Uma lista de exceções, com categoria como policiais e professores, foi ampliada. A previsão de economia com essa medida foi reduzida de R\$ 130 bilhões para R\$ 43 bilhões.

"Eu sigo a cartilha de Paulo Guedes na Economia. Não é de maneira cega, é de maneira consciente e com razão. Se ele [Guedes] acha que deve ser vetado esse dispositivo, assim será feito", disse Bolsonaro. O presidente fez o anúncio do veto à iniciativa do Senado e da Câmara após uma visita surpresa ao presidente do STF, Toffoli. Ele estava acompanhado do ministro Paulo Guedes (Economia) e empresários. Com a decisão, o presidente atende um pedido de Guedes.

"Uma proposta do presidente da Câmara [Rodrigo Maia (DEM-RJ)] era cortar 25% [do salário] paratodo o mundo. O Paulo Guedes decidiu que po-

deria ser menos drástico. Apenas fazer que até dezembro do ano que vem não tivesse nenhum reajuste. Assim foi combinado e acertado."

A declaração de Bolsonaro desta quinta-feira contrariou seus líderes. Na quarta, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmaram que a decisão havia chancelado a decisão dos congressistas.

"Essa construção [ampliação das categorias com reajuste garantido até o fim de 2021] conta, sim, com o apoio do presidente Jair Bolsonaro", disse Bezerra Coelho um dia antes.

Nesta quinta, Guedes ressaltou que o projeto de socorro a estados e municípios injetará R\$ 60 bilhões nos cofres dos entes da Federação. Segundo ele, se os servidores não receberem aumento, o montante poderá mais do que dobrar.

"Se não houver aumento neste ano e no ano que vem, são mais de R\$ 130 bilhões. Então, estados terão a capacidade de proteger a população, fazer a máquina rodar, desde que isso não vires aumento do funcionalismo", disse o ministro.

"O salário do funcionalismo está bastante acima e tem estabilidade de emprego no momento em que milhões estão perdendo empregos."

Na audiência arranjada de última hora com Toffoli, Guedes reforçou o apelo para que Bolsonaro veto o reajuste.

"Vamos pedir para que veto o aumento de salários do funcionalismo até dezembro do ano que vem, porque em um momento em que milhões de brasileiros estão sofrendo a ameaça do desemprego, a eco-

nomia pode se desintegrar."

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a iniciativa de economia prevista pela equipe de Guedes com o congelamento de salários de servidores não é um dado real.

Para Maia, o fim de reajustes salariais não pode ser encarado como uma economia do governo. "Congelar não é economizar. Se a arrecadação está caindo, congelar não é economizar. Só a economia se a despesa estiver mantida no mesmo patamar, o que não será um dado real", afirmou. "Então, não haverá economia com congelamento."

Congressistas articulam derrubada de eventual veto

BRASÍLIA Ao mudar de posição e anunciar que pretende congelar os salários de todos servidores, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) elevou o desgaste do governo no Congresso e provocou reação da oposição, que se articula para derrubar o veto.

A disputa envolve o lobby do funcionalismo, um dos mais poderosos no Legislativo, e deverá colocar à prova a relação que Bolsonaro tenta construir com o centrão — grupo de partidos independentes que, juntos, representam grande parte do Congresso.

O ministro Paulo Guedes (Economia) defende que União, estados e municípios não concedam reajuste salarial aos servidores até o fim de 2021. Mas, em articulação chancelada por Bolsonaro, líderes governistas se uniram a par-

lamentares da oposição e do centrão para afrouxar a regra da equipe econômica.

Nesta quinta (7), Bolsonaro afirmou que, a pedido de Guedes, deverá vetar o dispositivo que poupa algumas categorias do congelamento, inclusive setores da base de apoio do governo, como policiais e oficiais das Forças Armadas.

Deputados do centrão preferem adotar uma posição cautelosa em relação a uma eventual votação sobre esse voto. Esse grupo negocia com Bolsonaro indicações políticas

para cargos públicos. Seria um dos primeiros testes de fidelidade do centrão ao presidente, considerando a impopularidade da decisão. Na avaliação de alguns parlamentares, no entanto, um eventual veto seria maritado pelo Congresso, graças ao apoio recém-conquistado pelo governo.

Já a oposição deu início às articulações para tentar retornar a decisão do Congresso, que votou pela blindagem de categorias, permitindo o aumento salarial a até dezembro

do próximo ano.

Nesta quinta, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que Bolsonaro tem direito de sancionar ou vetar o projeto. Já para o vice-presidente do Senado, Weverton Rocha (PDT-MA), o recuo foi irresponsável.

"Não me surpreende esse posicionamento do presidente, que age de forma irresponsável, criminoso com o servidor público, sempre penalizando a categoria."

Thiago Resende, Danielle Brant e Lara Lemos

SUPERA [®]		Supera Farma Laboratórios S.A.	
Demonstração Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2019 (em milhões de reais)			
www.supera.com.br			
Balancete Patrimonial		Balancete Patrimonial	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Ativo	Total do Passivo
Demonstração de Resultados		Demonstração de Resultados	
Receita Operacional	Despesa Operacional	Receita Operacional	Despesa Operacional
Resultado Operacional	Resultado Operacional	Resultado Operacional	Resultado Operacional
Resultado Financeiro	Resultado Financeiro	Resultado Financeiro	Resultado Financeiro
Resultado de Exercício	Resultado de Exercício	Resultado de Exercício	Resultado de Exercício
Demonstração de Fluxo de Caixa		Demonstração de Fluxo de Caixa	
Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Operacional
Fluxo de Caixa de Investimentos	Fluxo de Caixa de Investimentos	Fluxo de Caixa de Investimentos	Fluxo de Caixa de Investimentos
Fluxo de Caixa de Financiamento	Fluxo de Caixa de Financiamento	Fluxo de Caixa de Financiamento	Fluxo de Caixa de Financiamento
Fluxo de Caixa Líquido	Fluxo de Caixa Líquido	Fluxo de Caixa Líquido	Fluxo de Caixa Líquido
Informações Adicionais		Informações Adicionais	
Supera Farma Laboratórios S.A. é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. O endereço eletrônico da empresa é www.supera.com.br. A Supera Farma Laboratórios S.A. é controlada pelo Grupo Supera, controlado por Paulo Guedes. A Supera Farma Laboratórios S.A. é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. O endereço eletrônico da empresa é www.supera.com.br. A Supera Farma Laboratórios S.A. é controlada pelo Grupo Supera, controlado por Paulo Guedes.		Supera Farma Laboratórios S.A. é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. O endereço eletrônico da empresa é www.supera.com.br. A Supera Farma Laboratórios S.A. é controlada pelo Grupo Supera, controlado por Paulo Guedes. A Supera Farma Laboratórios S.A. é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. O endereço eletrônico da empresa é www.supera.com.br. A Supera Farma Laboratórios S.A. é controlada pelo Grupo Supera, controlado por Paulo Guedes.	

QUER VENDER POR DELIVERY?
O PAGESGURO PAGBANK TEM AS **melhores maquininhas que cabem no bolso**

De R\$ 16,80 Por **R\$ 4,90**

De R\$ 16,80 Por **R\$ 6,90**

De R\$ 16,80 Por **R\$ 8,90**

- Taxa zero até R\$ 10 mil reais em vendas
- Pagamento por aproximação (NFC) sem contato físico
- Pagando com QR Code, você tem taxa zero e seu cliente recebe 10% do valor pago de volta
- Venda com link de pagamento pelas redes sociais (Instagram, WhatsApp, Facebook e Twitter)
- TEDs ilimitadas grátis para todos os bancos
- Vem com PagBank, o banco completo e grátis

Escolha a sua maquininha e agilize o seu delivery

PagSeguro PagBank

Os novos cartões são editados e emitidos por PagSeguro. PagSeguro é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. O endereço eletrônico da empresa é www.pagseguro.com.br. A PagSeguro é controlada pelo Grupo PagSeguro, controlado por Paulo Guedes. A PagSeguro é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. O endereço eletrônico da empresa é www.pagseguro.com.br. A PagSeguro é controlada pelo Grupo PagSeguro, controlado por Paulo Guedes.

mercado **coronavírus**

Bolsonaro leva empresários ao STF para pressionar por fim do isolamento

Um dos integrantes da comitiva, que foi a pé do Planalto até o Supremo, diz que haverá mortes de CNPJs

Matheus Teixeira, Ricardo Della Coletta e Julio Wiazick

BRASÍLIA Em um gesto de pressão para forçar a retomada da atividade econômica, o presidente Jair Bolsonaro levou um grupo de empresários ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quinta-feira (7) para relatar ao presidente da corte, ministro Dias Toffoli, os impactos do isolamento social na iniciativa privada.

O ministro Paulo Guedes (Economia) fez parte da comitiva. O encontro foi de surpresa e não estava na agenda das autoridades. Segundo empresários ouvidos pela Folha, foi de Bolsonaro a ideia de levar queixas a outros Poderes — não apenas o Supremo.

Um dos integrantes do grupo de empresários chegou a comparar a situação da indústria com a doentesa Covid-19 na saúde ao dizer que haverá mortes de CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).

Nesta quinta (7), o Brasil registrou 62 novos óbitos, segundo o Ministério da Saúde. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, já morreram 9.146 pessoas no país.

No trajeto a pé do Planalto para o STF ao lado de empresários, Bolsonaro estava de máscara, como recomendam autoridades de saúde. Em manifestações, o presidente tem aparecido sem o acessório.

Ao ouvir as demandas, Toffoli cobrou coordenação do governo com os Poderes e os entes da Federação. Ele disse que é necessário fazer um planejamento para a volta do funcionamento das indústrias.

Na corte, Bolsonaro voltou a dizer que os efeitos da restrição de circulação não podem ser maiores que os problemas causados pela doença em si.

“Os empresários trouxeram pessoalmente essas aflições, a questão do desemprego, a questão de a economia não mais funcionar. As consequências, o efeito colateral do combate ao vírus não pode ser mais danoso que a própria doença”, disse o presidente.

“E os empresários querem que o STF também ouça deles o que está acontecendo”, segundo Bolsonaro, o gru-

po de empresários representa mais de 40% do PIB (da indústria) e 30 milhões de empregos. Todos, diz, podem ser esmagados pela crise econômica, caso não haja retomada.

Em 2019, a Coalizão divulgou dados que mostrava participação dos setores representados por ela de 39% no valor agregado pela indústria ao PIB (R\$ 485 bilhões), o que seria equivalente a 7% do PIB total brasileiro do ano anterior.

Guedes disse que tem mantido conversas com diversos setores da indústria. Nesta quinta, segundo ele, os empresários fizeram um apelo. “Eles [os empresários] vinham dizendo que estavam conseguindo preservar os sinais vitais e agora o sinal que passaram é de que está difícil, a economia está começando a colapsar”.

O ministro da Economia ressaltou que o Brasil pode enfrentar a mesma situação econômica de países vizinhos se não mudar de estratégia no enfrentamento à doença.

“E aí não queremos correr o

risco de virar uma Venezuela, não queremos correr o risco de virar nem sequer uma Argentina, que entrou em desorganização, inflação e subindo, tudo esse pesadelo de volta”.

Dias Toffoli cobrou mais de uma vez uma maior coordenação da gestão Bolsonaro.

“Essa coordenação, que eu penso que o Executivo, o presidente da República, com seus ministros, chamando os outros Poderes, chamando os estados, representantes de municípios, penso que é fundamental”, disse.

O coordenador da Coalizão Indústria, Marco Polo de Melo Lopes, afirmou que a situação da indústria exige medidas urgentes. “Na nossa visão, essa flexibilização já poderia ter ocorrido, evidentemente com todo o regimento necessário, de forma que a gente conseguisse voltar a ter atividade”, afirmou.

“Nossa grande preocupação é que a crise da Covid ocasionou uma crise social por causa da questão do desemprego, e

essa é uma crise que a gente reputa extremamente importante e precisa ser enfrentada”.

O representante do setor de brinquedos, Synésio Batista, também disse que a situação é preocupante. E dele a preocupação com a falência de empresas das empresas. “Meu coração está batendo a je, não consigo retomar, funcionários sem tudo de novo nossa folha, e aí o inimigo lá fora, que é meu adversário comercial, está pronto para suprir o mercado interno. E aí haverá morte de CNPJs”, disse.

“Eu só acrescentaria um detalhe, que é o sentido de urgência. Eu diria que a indústria está na UTI e precisa sair da UTI, senão as consequências serão gravíssimas”.

Participantes da reunião relataram à Folha que o presidente disse que eles deveriam fazer reclamações também nos outros Poderes. Eles disseram que apresentariam as queixas. Foi aí então que surgiu a ideia de Bolsonaro, segundo os empresários, de ir ao STF.

O presidente chamou o ajudante de ordem do Planalto e pediu para verificar se havia algum ministro disposto a recebê-los. A resposta positiva foi dada por Toffoli.

No Supremo, foi negociada a criação de comitê inter-Poderes, com a mediação do Judiciário, e entes federados, para resolver impasses sobre decretos de atividades essenciais.

Maia diz que barraria entrada na Câmara

Quando lhe foi perguntado o que aconteceria caso Bolsonaro tentasse ir com os empresários à Câmara, Maia respondeu que o presidente entraria sozinho. “Eu não ia autorizar nenhum empresário”.

disse à GloboNews. Em seguida, amenizou o tom e afirmou que permitiria, no máximo, Bolsonaro com dois ou três empresários.



Jair Bolsonaro acompanhado de Guedes (Economia) e de empresários voltam ao Planalto após visita ao STF. Foto: Laísza, Fotopress

Ministros criticam atitude de presidente e posição de Toffoli

BRASÍLIA Ministros do STF ficaram incomodados com a ida do presidente Jair Bolsonaro à corte nesta quinta-feira (7) com um grupo de empresários para pressionar pela reabertura da economia.

Integrantes do Supremo viram o gesto como interferência indevida do Palácio do Planalto no Poder Judiciário.

Em outra frente, nos últimos dias, a proximidade do presidente da corte, Dias Toffoli, com Bolsonaro passou a ser alvo de críticas no tribunal.

Nos bastidores, a principal irritação dos magistrados foi com a tentativa de Toffoli de buscar entendimentos com o governo enquanto um membro da corte, Alexandre de Moraes, era alvo de ataques do presidente por ter barrado a nomeação de Alexandre Ramagem para a direção geral da Polícia Federal.

Não há de mais distâncias da corte, o gesto de Toffoli diante do STF fragilizou num momento em que era necessário demonstrar força e teria aberto espaço, por exemplo, para atitudes de Bolsonaro, como a visita desta quinta.

Diante da insatisfação com os acenos ao Planalto em meio ao fogo cruzado entre os Poderes, Toffoli recusou e procurou endurecer o discurso contra o chefe do Poder Executivo.

Mais de uma semana depois de Bolsonaro atacar Moraes, presidente do STF resolveu dar uma resposta na quarta (5). Além disso, três dias depois de militantes bolsonaristas agredirem jornalistas, Toffoli saiu em defesa da imprensa e criticou o comportamento dos manifestantes.

A avaliação de integrantes do STF é que a ida de Bolsonaro ao STF foi uma tentativa de dividir responsabilidades com o Judiciário num cenário de piora na economia.

Para ministros, o Supremo não pode ser culpado por eventual recessão, uma vez que o papel do Judiciário não é avaliar e antever os gestos do presidente, mas julgar atos dele caso provocados.

Os discursos de Toffoli nos últimos dias, quando ressaltou que divergências não podem levar a “agressões ou ataques ao STF”, foram lidos no Supremo como uma reação ao isolamento a que ele estava sendo submetido por se manter próximo de Bolsonaro. Julia Chalh e Matheus Teixeira

Leia mais às pags. A4, A5 e A14

Fim de distanciamento não estava na pauta de grupo

Bruna Narcizo

SÃO PAULO A reunião do grupo conhecido como Coalizão Indústria com o presidente Jair Bolsonaro e outros membros do governo tinha uma pauta bem precisa: situação da indústria, ações e doações para o combate ao novo coronavírus, retomada do setor produtivo — com a explicação de que a pandemia veio logo após uma longa crise que atingiu as indústrias — e retomada do crescimento, com diminuição do custo Brasil e a volta da agenda de reformas.

O encontro, no entanto, acabou sendo marcado por uma discussão sobre a flexibilização da quarentena que foi levantada pelo presidente.

Segundo relatos ouvidos pela Folha, quem entrou no assunto foi o próprio presidente ainda durante a reunião no Planalto. Só após isso, segundo relatos, Marco Polo de Melo Lopes, da AçoBrasil, concordou com o presidente.

Foi nesse momento, dizem os industriais, que Bolsonaro perguntou se eles teriam coragem de falar que a indústria brasileira está na UTI, precisando de oxigênio, com quem estivesse de plantão no STF.

Segundo participantes do encontro, o grupo afirmou apenas que precisa haver um planejamento para a reabertura, para que a indústria possa estar preparada.

“Não teve pedido para reabertura de comércio”, disse Synésio Batista, presidente da Abrinq (Associação Brasileira de Brinquedos).

Outro industrial, que preferiu não ter o nome revelado, disse que os industriais sabem que não cabe ao presidente decidir sobre a reabertura do comércio, e sim aos governadores e prefeitos.

A coalizão tem se reunido com membros do governo com frequência, sobretudo após o início da pandemia do novo coronavírus.

No última reunião com o ministro Paulo Guedes, da Economia, o grupo havia sugerido que o governo utilizasse os bancos públicos para ajudar a liberar o dinheiro emergencial para pequenas e médias empresas que estão passando por dificuldades por conta da quarentena. Esse foi também uma das principais reclamações feitas durante esse encontro com o presidente.

Guedes e Bolsonaro reconheceram que o crédito ain-

da não chegou à ponta e afirmaram que estão trabalhando para que o dinheiro chegue para quem precisa de capital de giro.

Outro ponto levantado foi o risco de invasão de produtos asiáticos no mercado brasileiro, já que a indústria dos países do continente — especialmente as da China, início da pandemia — já volta a funcionar com normalidade após o surto por lá ter diminuído.

“Achei extremamente positiva a reunião porque o governo reconheceu que precisa resolver o processo de crédito das empresas e que a indústria vai sair prejudicada. Vamos precisar da agenda de competitividade do país e da retomada da agenda do custo Brasil e da reformas”, disse José Velloso, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos).

Os industriais afirmam, no entanto, que o governo não apresentou nenhum tipo de proposta concreta para que o crédito chegue às empresas.

Mesmo que a flexibilização não tenha sido uma das agendas previstas para a reunião, foi após um encontro com os membros da coalizão

que a proposta para a flexibilização da quarentena imposta para conter o novo coronavírus no estado de São Paulo começou a ser gerida pelo governador João Doria (PSDB).

À época, o grupo disse apoiar a quarentena, mas pediu ao governador ao menos uma previsão de quando as coisas começariam a ser flexibilizadas.

O grupo que forma a Coalizão Indústria é um antigo interlocutor do presidente. A primeira reunião com Bolsonaro ocorreu no fim de 2018, uma semana antes do segundo turno das eleições.

A Coalizão surgiu como alternativa para industriais terem uma interlocução direta com o governo, sem depender de entidades como a Fiesp. Anualmente, conta com 15 entidades do setor.

Presidente inclui construção entre atividades essenciais

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ampliou a lista de serviços essenciais durante a pandemia do novo coronavírus, atendendo a de-

- Os empresários que acompanharam Bolsonaro**
- José Ricardo Roriz Coelho (da Abiplast)
 - Fernando Valente Pimentel (da Abit)
 - José Velloso Dias Cardoso (da Abimaq)
 - Paulo Camilo Penna (presidente do Sinc (Indústria do Cimento))
 - Elizabeth de Carvalhães, da Abicalçados
 - Synésio Batista da Costa (da Abrinq)
 - Haroldo Ferreira, da Abicalçados
 - Ciro Marino, da Abiquim
 - José Jorge do Nascimento Junior, da Eletros
 - José Rodrigues Martins, da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção)
 - Reginaldo Arcuri da Farmabrazil
 - José Augusto de Castro, da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil)
 - Marco Polo de Melo Lopes, da Coalizão Indústria
 - Humberto Barbato, da Aniepe (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica)
 - Um representante da Anfavea

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
joana@grupofolha.com.br

Turbulência

Assim como aconteceu logo depois dos atentados do 11 de Setembro de 2001, o setor de aviação vai passar por mudanças que podem ser definitivas após a pandemia, afirmou o presidente da Latam Airlines, Jerome Cadier nesta quinta-feira (7). "Ainda temos muito a aprender sobre o coronavírus, sobre como ele se propaga e como nos protegemos. Na medida em que for descoberto, faremos os ajustes no atendimento e na experiência de voo", disse Cadier.

MALA Empresas aéreas em todo o mundo anunciaram nos últimos dias que o uso de máscaras será obrigatório a bordo e no embarque. Nem todas as companhias oferecerão o produto aos passageiros, mesmo entre as que distribuirão, o estoque não deve ser suficiente para todos, ou seja, o passageiro terá de levar a sua máscara.

ASA As novas ações incluem menor interação entre tripulação e passageiros, medidas de higienização nos aviões, alteração de balcões de check-in e espaçamento nas fileiras.

DECOLAGEM Navisão do executivo, o setor terá de cortar custos para atenuar a crise, o que deve levar a debates sobre a abertura da indústria aérea como indenização ao passageiro por contratempos meteorológicos.

TROVÃO "O Brasil é um dos únicos países que responsabiliza a companhia de aeroporto fecha por motivos de clima. E o passageiro entra na justiça contra a aérea. Temos que questionar isso", diz.

RAIO Para Cadier, no entanto, essa reflexão ainda depende do Judiciário e do Legislativo. "Agora é difícil colocar a discussão na mesa por que estamos pensando na emergência no curtíssimo prazo", afirma.



PROSA

Quando voltarmos, se todas as ações na justiça derem prosseguimento e as aéreas tiverem que pagar, teremos uma segunda onda de desafio

Jerome Cadier
presidente da Latam Airlines

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Abil. em % ao mês

Anál. Mínimo Máximo

6,00 8,00

3,99 7,89

Cheque especial

Emprestimo pessoal

Fonte: Fipeca-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Compartilhada até*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 1.070,36 20% R\$ 210,11

Mês (Microempresário)

Valor mín. R\$ 95,1045 3% R\$ 52,21

Assalariado

Até R\$ 1.045

Alíquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.889,60 9%

De R\$ 2.889,61 até R\$ 5.134,40 12%

De R\$ 5.134,41 até R\$ 10.106,40 14%

*O prazo para empresas entre no R\$ 20,90 e, para pessoas físicas, vem em 12/2019

BOLSO O Procon-SP vai notificar a Caixa Econômica Federal para questionar sobre as filias e aglomerações formadas nas portas de agências por quem precisa receber o auxílio emergencial de R\$ 600 na pandemia. O presidente do banco, Pedro Galimari, disse nesta quinta (6) que o pagamento da segunda parcela da ajuda será mais eficiente.

PAUTA Após a repercussão da visita de representantes industriais com Bolsonaro ao STF, nesta quinta (7), o presidente da Abrinq (Associação dos fabricantes de brinquedos), Synésio Barata, disse que a intenção não era pressionar pela reabertura da economia. Segundo ele, a indústria quer vender seus produtos ao Tesouro Nacional.

TEMPO O vice, Hamilton Mourão, disse nesta quinta (7), na live do grupo de empresários Brasil 200, que, na pandemia, o governo teve de agir fora da plataforma liberal, mas depois volta. "Passado o problema, voltamos ao caso anterior, na busca do equilíbrio fiscal, de reformas para avançar a produtividade", afirmou ele.

DEBANDADA A live com o general causou discórdia entre alguns dos nomes de peso do Brasil 200, como Hívio Rocha (Riachuelo), Edgar Corona (Smart Fit) e Sebastião Bornim (Centaurus), que saíram do grupo no início da semana, quando o Painel S.A. noticiou que Gabriel Kanter, porta-voz deles, faria a transmissão ao vivo com Mourão.

CONTINÊNCIA A avaliação de quem aconselhou os empresários a saírem do grupo foi a de que Kanter não deveria ter emitido opiniões críticas a Bolsonaro na ocasião da demissão de Sergio Moro, e uma live com Mourão poderia quebrar pontes com o governo neste momento.

SALTO A Arezvo vai doar 1 mil pares de calçados femininos neste Dia das Mães. Segundo a empresa, 5.000 pares foram enviados para a instituição Gerando Falcões, que vai fazer a distribuição no estado de São Paulo e os outros 5.000 foram para o projeto Mães da Favéla, que vai dividir entre São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Bolsonaro e empresários formam consórcio de pressão por reabertura

Presidente aproveita episódio para jogar sobre o STF parte da responsabilidade pelos efeitos econômicos da crise sanitária

ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Uma visita surpresa ao STF (Supremo Tribunal Federal) selou a criação de um consórcio entre Jair Bolsonaro e grandes empresários. Contrariados com o aperto das medidas de isolamento, os dois lados se uniram para amplificar a pressão política pela reabertura da economia.

Numa cena nada usual, o presidente cruzou a praça dos Três Poderes ao lado de dirigentes de 15 associações empresariais nesta quinta (7) e, sem avisar, pediu reunião com o chefe da corte. Dias Toffoli, visivelmente constrangido, escutou o conhecido discurso sobre os prejuízos econômicos provocados pelas medidas de combate à pandemia.

O movimento pouco ortodoxo reflete o acirramento de uma campanha defendida tanto por Bolsonaro quanto pelos representantes de uma fatia do PIB. Enquanto o país registra escalada das mortes por coronavírus e algumas regiões implantam regimes de "lockdown" para frear o contágio, o presidente e os empresários dobram a aposta na retomada imediata dos negócios.

No acordo, os empresários se aproveitam da autoridade de Bolsonaro para fortalecer o pleito. O presidente, por sua vez, usa os cifrões como combustível para retórica de proteção à economia, além de durar aliados de peso no duradouro conflito político que trava com governadores e o STF.

A delegação que foi ao tribunal incluiu representantes e lobistas dos setores de máquinas, confecções, construção civil, indústria química, energia, veículos e calçados, entre outros. Esses gru-

PRESIDENTE

RECHAÇA

ALTA DA CIDE

Jair Bolsonaro

anunciou nesta

quinta (7) que

não vai aumentar

a Cide

(Contribuição

de intervenção

no Domínio

Econômico)

incidente sobre

a gasolina,

num gesto

que atende

seu ministro

da Economia,

Paulo

Guedes, mas

frustra o setor

sucroalcooleiro

brasileiro. Sob

o argumento

de que a queda

do preço da

gasolina ame-

aça quebrar o

setor, a cadeia

de etanol

tem pedido

ao governo

um pacote de

resgate para

que o álcool

recupere com-

petitividade

e, com isso,

os produtores

conseguem

atravessar o

momento mais

agudo da crise

pos apoiam Bolsonaro desde a campanha, mas passaram a explorar abertamente seus métodos a seu favor. A pressão de empresários pela retomada da atividade em fábricas e no comércio acontece desde os primeiros dias de isolamento, mas se mantém restrita a conversas com governantes locais e entrevistas em que faziam cobranças públicas pela reabertura. Agora, eles se aliam a Bolsonaro para chegar mais alto.

Embora não haja visibilidade no PIB, alguns desses dirigentes entendem que a única chance de se obter a flexibilização negada por parte dos governadores é se aliar ao presidente, que bebe dessa mesma pressão pela reabertura em suas disputas políticas. No encontro ao Supremo, os dois se uniram para empregar um chefe de Poder.

O presidente jamais engoliu a decisão do STF que determinou que estados e municípios têm autonomia para decretar medidas de isolamento, incluindo a interrupção de atividades econômicas. No encontro com Toffoli, ele pegou carona no pleito dos empresários para criticar indiretamente o tribunal.

"Temos um problema que vem cada vez mais nos preocupando. Os empresários vieram trazer pessoalmente essas aflições", disse. "Eles querem que o Supremo Tribunal Federal também ouça deles, o que está acontecendo".

Pelo lado político, Bolsonaro aproveitou o episódio para jogar sobre o STF parte da responsabilidade pelos efeitos econômicos da crise sanitária, uma vez que a decisão que ele tanto abomina é a que impede, na prática, uma canetada presidencial para derrubar as medidas de isolamento.

No encontro, ele disse que "não compete ao Executivo isoladamente" enfrentar essas consequências e emendou: "Todos estamos aqui embarcados, buscando o objetivo de resolver esse problema".

O presidente do Supremo tentou devolver a batata quente. Afirmou apenas que o Executivo e os demais Poderes deveriam conversar com estados e municípios para organizar o planejamento da retomada. Fingiu não entender o recado sobre a decisão do tribunal que deu poder aos governadores e prefeitos.

As duas partes do consórcio se retrataram. Os empresários prestaram a Bolsonaro uma grife que diz representar 40% do PIB nacional, com 30 milhões de empregos diretos e indiretos — mas também tiveram um dia produtivo. Além do tour na praça dos Três Poderes, saíram de lá com um decreto generoso assinado pelo presidente.

No fim da tarde, Bolsonaro publicou a autorização de funcionamento de novas atividades consideradas essenciais, como a produção de gás natural, a construção civil e a atividade da indústria química. Representantes de alguns desses setores deram sorrisos no Palácio do Planalto nesta quinta.

[...]

Alguns desses dirigentes entendem que a única chance de obter a flexibilização negada por parte dos governadores é se aliar ao presidente

Visita é nova rodada na briga do contraliberalismo contra democracia

OPINIÃO

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University
Shanghai (China) e da Fundação Dom
Cabral, Editor em economia pela UFRJ

RIO DE JANEIRO Até onde é possível ir? Em mais um teste para as instituições democráticas brasileiras, o presidente da República se dirigiu para o prédio do Supremo Tribunal Federal, sem agenda nem compromisso, para pressionar o Judiciário a tomar medidas de acordo com os interesses presidenciais.

É mais uma rodada na batalha do Executivo contra os outros Poderes, que inclui, só nos últimos dias, as recusas do governo em entregar os resultados do exame do presidente para o coronavírus e o vídeo de uma reunião entre o chefe do Executivo e seus ministros, incluindo o ex-ministro Sergio Moro (Justiça).

Outros ministros do Supremo chamaram a visita de inadequada. É muito mais do que isso. É uma nova rodada na briga do contraliberalismo contra as instituições democráticas.

Nesse tipo de batalha, os autoritários têm levados o melhor. No dia 25 de março, Rodrigo Duterte conseguiu poderes especiais para liderar a resposta das Filipinas à pandemia global do coronavírus. Cinco di-

as depois, Viktor Orbán colocou a democracia húngara em quarentena, ao obter, através da sua maioria no Congresso, poderes especiais sem datas para acabar.

É o somatório de todo líder populista obter poderes especiais como os que Duterte exerceu, como nacionalizar empresas e realocar, sem muitas restrições, os gastos públicos. Hoje, a única barreira para isso no Brasil é a falta de uma base de apoio ao governo no congresso.

É possível que venhamos a ter conflito aberto entre Executivo e Judiciário. Não à toa, para mostrar poder, durante a reunião, o presidente brasileiro anunciou novo decreto para ampliar rol de serviços essenciais.

De certa forma, a situação atual no Brasil lembra o que aconteceu nos EUA durante a Grande Depressão. O programa americano de recuperação econômica, o New Deal, sofreu nas mãos do Judiciário americano. Quatro dos juizes conservadores, que votaram em conjunto contra o que era percebido como exacerbação do Poder Executivo, chegaram a ser chamados de "quatro juizes do apocalipse".

Em 1935, por 6 votos a 3, a Suprema Corte americana votou pela dissolução do

Ato de Ajuste à Agricultura. Em Iowa, egiões dos seis juizes que votaram para desfazer o programa de subsídios foram enforcadas e exibidas publicamente.

Contudo, mesmo durante o auge das reclamações presidenciais sobre o ativismo jurídico, Franklin Roosevelt jamais planejou pressionar a Suprema Corte diretamente. Não é à toa que o prédio da mais importante instituição americana do Judiciário fica na rua Número 1 em Washington. É símbolo da importância da justiça como contrapeso a possíveis abusos por parte do Legislativo ou do Executivo.

Não há, na história das democracias maduras, algo parecido com o que vimos ontem no Brasil: um presidente se dirigindo, sem agenda nem compromisso, para um prédio do Poder Judiciário, com o objetivo de pressionar tal corte a tomar decisões de interesse do executivo. Foi à reunião representar os interesses de João de Deus, ignorando os 40% a mais de óbitos pela Covid-19 no país, só na última semana.

A cada dia, o presidente inventa um novo absurdo. Por isso, no final se faz de vítima, posando de pobre cotado cada vez que as instituições fazem seu trabalho e podam suas asas.

Até que ponto a democracia brasileira aguenta essa guerra de attrito? Na Hungria e nas Filipinas, o contraliberalismo venceu. O que acontecerá no Brasil?

[...]

Até que

ponto a

democracia

brasileira

aguenta essa

guerra de

attrito? Na

Hungria e

nas Filipinas,

o contraliberalismo

venceu. O que

acontecerá

no Brasil?

mercado coronavírus

País vê bestificado a passeata da morte

Não há reação às campanhas presidenciais de ruína sanitária, econômica e política

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Depois de alguns dias mais dedicados ao golpe em democracia e à contenção do surto da ideia de impeachment, Jair Bolsonaro voltou a se empenhar no desvio da saúde, da epidemia, e na sabotagem de quem tenta administrar a crise sanitária. Fez uma passeata da morte na praça dos Três Poderes, nesta quinta-feira (7). Não importa que maioria qualificada da população diga apoiar ou praticar o isolamento (cerca de dois terços, pelo menos). Quase dois meses e meio depois do início oficial da epidemia no Brasil, não há mais esperança de acordo ou coordenação nacionais do enfrentamento da crise. Mesmo nesta síndrome aguda de degradação institucional, mortes sem fim à vista, ruína econômica e ameaça autônoma, não há protesto organizado. A elite econômica que não é cômica com o tempo. Parte do Congresso barganha moedas de cargos pelo corpo e pela alma do país. O "parlamentarismo branco", a alternativa de governo que vigorou por um ano, entre

o começo de 2019 e a chegada do vírus, se desfaz na contra-ofensiva de Bolsonaro contra a limitação dos seus poderes e as ameaças de impeachment. A articulação nacional de governadores a fim de administrar a epidemia ou sugerir medidas econômicas vai de precária e mítil (no caso da doença) a desordenada, mal pensada ou mesmo oportunista (no caso da economia).

O país se desfaz: há desmoronamento político-administrativo nos assuntos essenciais (doença e economia), impasse poli-

tico derivado do conflito vago do impeachment e ameaça ou prática de tutela militar. Na pior das hipóteses, não há perspectiva de solução das crises, de desaceleração maior da epidemia e, pois, de reativação ordenada da atividade econômica. Bolsonaro fez uma minipasseata, do Planalto ao Supremo, e um minicômico na sede do Judiciário nacional. Acompanhados de líderes de associações empresariais, de ministros e com a cumplicidade do presidente do STF, Dias Tofo-

li, retomou com força a campanha de sabotagem do isolamento social. Como de costume, não apresentou nenhum plano alternativo racional ou vago ideia razoável de como lidar com a epidemia. Bolsonaro disse que foi à sede do Supremo para expor as "ofensas" dos empresários ao chefe do Poder Judiciário, pois a economia deixou de "funcionar" e, teme, pode se transformar em uma Venezuela. Crítico ou outra vez os governadores e suas "medidas restritivas", como de costume: "O efeito colateral do combate ao vírus não pode ser mais danoso do que a própria doença". "Manter as pessoas em casa para impedir que o coronavírus se espalhe mesmo que isso prejudique a economia e cause desemprego" era mais importante (para 67%) do que "acabar com o isolamento das pessoas em casa para estimular a

economia e impedir o desemprego, mesmo que isso ajude a espalhar o coronavírus" (para 25%), registrava o Datafolha em 27 de abril. Pesquisa CNI/ISB do início de maio mostrava que 86% dos entrevistados eram a favor do isolamento, ainda que 40% tivessem perdido ou toda a renda do trabalho (23%) ou parte dela (17%). Pesquisas de adoção de medidas de isolamento (do Scude de SP de amostra de contaminação por coronavírus ou da CNI) mostram que entre 67% a 86% das pessoas dizem manter o isolamento (total ou saindo só para atividades essenciais). No entanto, não há revolta popular na mesma proporção contra as atitudes de Bolsonaro: não há reação organizada de nenhuma elite. O país assiste estupidificado à passeata bolsonarista. viniciustorres@grupofoh.com.br

Reserva para calotes pressiona lucro dos grandes bancos

1º tri.19 2º tri.19 3º tri.19 4º tri.19 1º tri.20



Lucro líquido recente, em bilhões de R\$



Crise foi meteoro e retomada pode levar 2 anos, diz Setubal, do Itaú

Para banqueiro, retração da economia mundial deve ser maior que os 3% esperados pelo FMI

Júlia Moura

SÃO PAULO Para Roberto Setubal, copresidente do conselho de administração do Itaú Unibanco, a retomada da atividade econômica depois da crise da pandemia de coronavírus pode levar até dois anos. "A crise veio como uma surpresa total, como um meteoro chegando à Terra, não tem paralelo com nada que eu viví antes", disse o banqueiro em transmissão ao vivo do Itaú BBA, braço de investimentos do banco, nesta quinta (7). Setubal apontou que, diferentemente de crises como as de 2008 e 1929, que tiveram origem no sistema financeiro, esta começou na saúde e, pelo confinamento, levou a uma redução enorme na atividade econômica. "Nunca vimos isso". Ele citou que a retração mundial deve ser maior que os 3% previstos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). "Não é clara a velocidade em que vamos ajustar e recuperar a economia. Não é claro como vamos sair disso, especialmente enquanto não ti-

vermos a vacina", disse. "A retomada da atividade é uma situação normal das pessoas poderem trabalhar, sei lá, dois anos. Não só até ter vacina, mas té-la disponível para uma grande parte da população". Ele afirmou que o Brasil precisa retomar a agenda fiscal e de reformas para impulsionar o crescimento. "Estamos em uma situação muito mais frágil que em 2008, quando a nossa economia estava bem e foi relativamente fácil lidar". O banqueiro disse ainda que o aumento de provisões dos bancos e mudanças regulatórias para lidar com os possíveis calotes na crise deixaram o sistema financeiro mais saudável, com mais capacidade de absorver o choque. Quanto ao corte da taxa básica de juros no Brasil, que foi a 3% ao ano na quarta (6), Setubal vê um impacto positivo na vida financeira das empresas, com mais facilidade de financiar dívidas — mas também problemas, como o câmbio desvalorizado. "Temos que saber ajustar a economia a esse novo patamar de câmbio", afirmou.

Aumento de reservas para cobrir calotes derruba lucro bancos

SÃO PAULO O risco de calotes por causa da crise já começa a impactar o lucro dos bancos. Juntos, os quatro maiores bancos com capital aberto do país (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander) elevaram em 85%, para R\$ 26,4 bilhões, as provisões contra inadimplência no primeiro trimestre de 2020, na comparação com o mesmo período do ano passado. Já Bradesco e Itaú elevaram suas reservas no período em 63%, 86% e 147%, respectivamente. Como a reserva fica separada do resultado do banco, o lucro das instituições caiu 20%, 42% e 43%. Mais cedo com as provisões (alta de quase 20%), o Santander foi o único a ter crescimento no lucro (10,5%). Analistas já estimam que as provisões contra possíveis calotes para o ano todo apresentem um crescimento de 40% a 60% sobre 2019.

Segundo o analista da Planer Corretora Victor Martins, a decisão dos bancos em aumentar essas reservas também é uma medida para fortalecer seus balanços e se preparar contra a grande volatilidade dos riscos no mercado. Desde que a pandemia de Covid-19 ganhou força, grandes empresas sacaram recursos pré-aprovados, o que, segundo os bancos, teria deixado negócios de pequeno e médio porte com menor disponibilidade de recursos. Os bancos, portanto, que tentavam diminuir a participação de grandes empresas na carteira de crédito, viram o segmento ganhar corpo. "O cenário de risco continua volátil, e a tendência é que o segundo trimestre seja ainda mais desafiador para a atividade bancária", diz Martins. Em 16 de março, os cinco maiores bancos do país (incluindo a Caixa) divulgaram nota, por meio da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) afirmando estarem abertos a discutir a prorrogação e a divida de pessoas físicas e de pequenas empresas afetadas pelo coronavírus.

Até 7 de abril, segundo a federação, mais de 10 milhões de renegociações foram pedidas. "Essas prorrogações deverão entrar no balanço do Santander já no segundo trimestre, e o banco deve realizar esse ajuste nas provisões. Nos demais, a tendência é de certa manutenção", diz o professor de Saint Paul Escola de Negócios Mauricio G. Odai. Segundo ele, passado o momento de saneamento das instituições — com o Banco Central injetando dinheiro para manter a fluidez — a expectativa é que a liberação de crédito se dê a medida que a quarantena também for acabando. **Isabela Bolzani**

Escalada do câmbio contraria projeções, e dólar encosta em R\$ 6

SÃO PAULO Os mais espirituosos costumam dizer que o câmbio foi inventado para humilhar economistas — e tem sido assim durante a pandemia do coronavírus. Em meado de abril, as projeções ainda discutiam a sustentação do dólar cotado a R\$ 5. Foi apenas nesta segunda (4) que o boletim Focus do BC, que reúne as projeções das principais instituições financeiras, abandonou a cotação de R\$ 5,8360, alta de 2,3%. Está a R\$ 5,8360 de chegar ao patamar simbólico de R\$ 6 — e a R\$ 2,02 de bater o recorde de maior alta real (que leva em conta a inflação). O turismo está a R\$ 6,09. A escalada da moeda americana contraria também as projeções do ministro da Economia, Paulo Guedes. Há apenas dois meses, em 5 de março, os R\$ 5 pareciam distantes quando o ministro Guedes disse que o dólar iria a este patamar caso "muita besteira" fosse feita. Aquela época, o dólar estava a R\$ 4,65. "Pode chegar a R\$ 5? Ué, se o presidente pedir para sair, se todo o mundo pedir para sair. É um câmbio que flutua, se fizer muita besteira, ele pode ir para esse nível", disse Guedes na ocasião. Agora, os R\$ 6 são uma possibilidade cada vez mais real. "Os R\$ 6 são palpáveis, já estão na nossa cara. É bem provável que chegue e pode

até ultrapassar", diz José Falcão, analista de investimentos da Easyinvest. O avanço rumo ao novo patamar veio após o Banco Central cortar a taxa básica de juros de 1,75% para 3% ao ano na quarta (6), uma redução maior do que a esperada pelo mercado. O recorde do dólar, porém, é nominal, ou seja, não leva a inflação em conta. Em 2002, entre o primeiro e o segundo turno das eleições que levaram Lula à Presidência, e economistas apontavam a impossibilidade matemática de a cotação chegar a R\$ 6. Nesta quinta (7), o dólar fechou a R\$ 5,8360, alta de 2,3%. Está a R\$ 5,8360 de chegar ao patamar simbólico de R\$ 6 — e a R\$ 2,02 de bater o recorde de maior alta real (que leva em conta a inflação). O turismo está a R\$ 6,09. A escalada da moeda americana contraria também as projeções do ministro da Economia, Paulo Guedes. Há apenas dois meses, em 5 de março, os R\$ 5 pareciam distantes quando o ministro Guedes disse que o dólar iria a este patamar caso "muita besteira" fosse feita. Aquela época, o dólar estava a R\$ 4,65. "Pode chegar a R\$ 5? Ué, se o presidente pedir para sair, se todo o mundo pedir para sair. É um câmbio que flutua, se fizer muita besteira, ele pode ir para esse nível", disse Guedes na ocasião. Agora, os R\$ 6 são uma possibilidade cada vez mais real. "Os R\$ 6 são palpáveis, já estão na nossa cara. É bem provável que chegue e pode

“Pode [o dólar] chegar a R\$ 5? Ué, se o presidente pedir para sair, se todo o mundo pedir para sair. É um câmbio que flutua, se fizer muita besteira, ele pode ir para esse nível”

Paulo Guedes ministro da Economia, em 5 de março

Dólar ainda está longe do recorde real



out.02 - Em 10 de outubro de 2002, entre o primeiro e o segundo turno das eleições que levaram Lula à Presidência, o dólar foi ao recorde de R\$ 4,00 durante o pregão. O valor equivale a R\$ 7,86 hoje.

mai.20 - No dia 7 de maio, o dólar chegou aos inéditos R\$ 5,8360 durante o pregão, mas fechou a R\$ 5,8360.

Fontes: Banco Central e CMA

“Nada é impossível no cenário que estamos vivendo. Tudo está contribuindo para o câmbio pressionado. Não descarto a possibilidade de chegar a R\$ 6”, diz a analista Cristiane Quartaroli, economista do banco Ourinvest. Nesse cenário, o dólar acumula alta de 45% em 2020, o maior salto desde 2015, ano em que a moeda subiu 49%. Dentre todas as divisas globais, o real é a que mais per de valor em 2020. Há quem veja, contudo, maior probabilidade de queda do dólar. “Acredito que não chegaria a R\$ 6. Mas não vejo tanta força para chegar lá por enquanto. Claro, se não houver mais nenhuma surpresa”, diz Fabrício Velloni, chefe de mesa de câmbio da Frente Corretora. Ele aponta que a alta foi muito accentuada e “nem tanto racional”. “Essa alta é muito grande, não é trivial. Ir para R\$ 6 ou para R\$ 5,5 é muito rápido e muito fácil, mas apostar em novas altas é um risco. Pode chegar aos R\$ 6, mas também pode voltar ao R\$ 4”, diz Michael Viziato, professor de finanças do Insper. Ele aponta que, como a alta é expressiva, fica menos provável que o dólar siga esta tendência. “O Brasil começa a ficar muito barato, o que pode atrair o investidor estrangeiro. Mas, neste momento, com aversão a risco elevada pela pandemia, ele se retrai”. Estrangeiros têm retirado os investimentos do país desde 2019, o que contribuiu para o dólar em alta. Na Bolsa são R\$ 11,8 bilhões a menos de aportes estrangeiros de janeiro de 2019 a esta segunda (4), segundo dados da B3. Ele também soma a renda fixa, com renovações da mínima histórica de juros que trouxe a cada trade — prática de investimento em que o ganho está na diferença do câmbio e do juros — menos vantajoso. **Júlia Moura**

mercado coronavírus

Financiamento do Tesouro

Discutamos se e como a Selic pode cair de modo compatível com o controle da inflação

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da IUPERJ, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2003-2006). É doutor em economia pela New School for Social Research.

O aumento do déficit público pós-Covid-19 estimula sugestões sobre formas de financiamento do governo.

Alguns colegas defendem financiamento monetário, com venda direta de títulos do Tesouro Nacional (TN) ao Banco Central (BC), ou simples saque maior dos recursos depositados na "conta única" do TN no BC para pagar as ações contra a crise. As duas questões são importantes, mas elas dizem respeito a uma fase na qual não chegamos.

Enquanto invertemos Selic po-

sitiva, qualquer criação de liquidez por parte do TN, seja com base em recursos já existentes em sua conta única ou em emissões diretas de títulos ao BC, tende a ser transformada em dívida pública do TN com o mercado.

Por exemplo, apesar de proibido hoje, assumo que uma PEC autorize o financiamento direto do TN pelo BC.

O processo seria o seguinte: 1) o BC compra títulos do TN, depositando os R\$ correspondentes na conta única do TN no próprio BC; 2) o TN gasta os

recursos, aumentando a base monetária da economia; e 3) o BC usa títulos públicos em sua carteira para "cruzar" a liquidez criada pelo TN via "operações comprometidas", isto é, o BC vende títulos e recebe R\$ de volta, restaurando a base monetária ao seu valor inicial.

A existência de depósitos compulsórios complica um pouco a sequência acima (veja meu texto no blog da FGV livre), mas não altera seu sentido lógico: com Selic positiva e constante, o financiamento direto do TN pelo BC eleva a

dívida do TN com o mercado "como se" o TN tivesse vendido títulos ao mercado.

O ponto-chave é a "esterilização monetária" de 100% das ações do TN pelo BC. Por quê? Porque o BC tem que criar ou destruir moeda, via operações comprometidas, no volume necessário para manter o Selic no valor definido pelo Copom.

Alguns colegas dirão que é justamente isso que eles desejam eliminar, que é preciso monetizar o déficit público para "forçar" o BC a reduzir a Selic. Se é esse o caso, como sempre

é melhor chamar as coisas pelo nome!

Em vez de discutir financiamento monetário do TN para derrubar a Selic, vamos discutir se e como a Selic pode cair de modo compatível com o controle da inflação.

Se e quando a Selic nominal puder cair para zero, aí, sim, a escolha de financiamento via moeda ou títulos se tornará viável, pois a eventual injeção de liquidez na economia por parte do TN não precisará ser esterilizada pelo BC.

Traduzindo do "economês": Selic nominal zero significa que ela não pode cair mais, logo o BC não precisa tirar dinheiro da economia via operações comprometidas para evitar que a taxa básica de juro caia.

Várias economias avançadas já estão nessa situação, mas nós ainda não chegamos lá. Na nossa realidade de Selic positiva, para que o TN possa se

financiar com mais emissão de moeda e menos emissão de títulos, é preciso "combinar com os russos": isto é, é preciso que a sociedade queira mais moeda à taxa de juro vigente.

Apropriada redução da Selic é um dos fatores que podem aumentar a demanda por moeda, permitindo que parte do déficit público seja financiada com juro zero (base monetária) e outra parte com juro baixo (títulos de curto prazo).

Por isso, apesar de entender o desejo de financiamento monetário do TN para diminuir o custo financeiro da dívida pública, além de torcer para que nossa taxa básica de juro possa cair a zero, acho que nossa principal questão monetária ainda é a determinação da Selic.

E por que a Selic ainda não caiu para zero? Deixa essa questão para a próxima coluna, mas antecipo parte da resposta, é a taxa de câmbio!

COORDENADOR: Samuel Pessôa | SEÇÃO: Marcia Dessen | TEXTO: Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUADRINHOS: Hélio Beltrão | QUADRINHOS: Cida Bento, Selange Srouf | SEÇÃO: Nelson Barbosa | ILUSTRAÇÃO: Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Com bares fechados, lucro da Ambev cai 60%

SÃO PAULO Bares por todo o Brasil fecharam apenas na segunda quinzena de março como medida contra o avanço do coronavírus. Foi suficiente para derrubar as vendas de cerveja da Ambev em 41,5% no primeiro trimestre ante igual período de 2019 e derrubar o lucro da companhia em 56%.

A gigante de bebidas teve lucro líquido de R\$ 2,1 bilhão, metade do consenso das estimativas do mercado compiladas pela Refinitiv, de R\$ 4,5 bilhões.

A fabricante das cervejas Budweiser, Corona e Stella Ar-

tois, além das brasileiras Skol, Brahma e Antarctica, apurou receita líquida de R\$ 12,6 bilhões, 2,3% menor em relação ao primeiro trimestre de 2019.

O lucro não foi impactado apenas pela redução nas vendas. A Ambev apontou aumento de custo de produtos vendidos de 10,5% no primeiro trimestre quando comparado com janeiro a março de 2019.

As despesas com vendas, gerais e administrativas subiram 12,4% com pressão inflacionária na Argentina e maiores gastos de marketing no

Brasil durante o Carnaval. Já o resultado financeiro também foi negativo, em R\$ 1,54 bilhão, mais que o dobro da despesa um ano antes.

Em 2020, o Carnaval foi frio para a época e chuvoso. Patronadora da festa de rua em São Paulo, a empresa alugou um avião para tentar desviar as nuvens de chuva. Tudo para levar pessoas às ruas e tentar garantir que as latinhas desfilassem nas mãos dos foliões.

Como a companhia apontou em relatório, o verão ameno já deixava as vendas tímidas

antes do coronavírus.

Mas passou o primeiro trimestre, e a Ambev aponta que abril foi ainda pior: os volumes de venda despencaram 27%.

Nesse volume estão todas as bebidas produzidas pela companhia, alcoólicas ou não.

"O impacto total da pandemia em nossos resultados futuros permanece bastante incerto, mas esperamos que o impacto nos resultados do segundo trimestre seja materialmente pior do que no primeiro trimestre", disse a Ambev. Com Reuters.

Prejuízo da Uber triplica, mas receita com entregas cresce 53%

TEC

SÃO PAULO A pandemia afetou a demanda por corridas da Uber, que reportou prejuízo de quase US\$ 3 bilhões no primeiro trimestre (+190%), mas ajudou a elevar a receita de comida, dando maior equilíbrio ao caixa.

No primeiro trimestre de 2019, o prejuízo líquido fora de US\$ 1,2 bilhão.

Já a receita total (US\$ 3,5 bilhões) no primeiro trimestre cresceu 14%.

A receita de corridas cres-

ceu só 2%, atingindo US\$ 2,5 bilhões. Por outro lado, a da Uber Eats avançou 53%, para US\$ 819 milhões.

"Enquanto o negócio de corridas foi duramente afetado pela pandemia em curso, tomamos medidas rápidas a fim de preservar a força do nosso balanço, com foco em recursos adicionais no Uber Eats e na nossa preparação para qualquer cenário de recuperação", disse Dara Khosroshahi, presidente executivo da companhia.

Amplie as fronteiras do seu conhecimento sem sair de casa

Apenas R\$ 24,90 cada livro + mapa

São 10 livros + 12 mapas grátis para emoldurar.

ASSINANTE: na compra da coleção completa, ganhe 10% de desconto, o frete e ainda pague em até 10x sem juros no cartão.

folha.com.br/mapasantigos

FOLHA NÃO SE PRA NÃO LER

Presidente diz que vetará reajuste, após pressão de Guedes

O Globo · 8 maio 2020 · MARCO GRILLO, GERALDA DOCA E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO (Colaboraram Marcelo Corrêa, Amanda Almeida, Pedro Capetti e Rafael Walendorff, do Valor)

O presidente Jair Bolsonaro disse que vetará o trecho do projeto de lei de socorro a estados e municípios que deixa brecha ao aumento salarial de servidores. O veto foi anunciado após o ministro da Economia, Paulo Guedes, pedir publicamente “a contribuição do funcionalismo”.



Pressionado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que vetará o trecho do projeto de lei de socorro a estados e municípios que abre espaço para que servidores públicos tenham aumento salarial. O congelamento de salários do funcionalismo foi proposto pela equipe econômica como contrapartida ao socorro aos entes federados diante da crise do coronavírus, mas foi desidratado no Congresso. Bolsonaro, que era resistente a apoiar a medida, foi convencido por Guedes na manhã de ontem.

— O Parlamento entendeu que certas categorias poderiam ter reajustes. Eu sigo a cartilha de Paulo Guedes na Economia e não é de maneira cega, é de maneira consciente, e com razão. Se ele acha que deve ser vetado esse dispositivo, assim será feito —disse Bolsonaro, após se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, com Guedes e empresários.

A fala de Bolsonaro ocorreu após o ministro da Economia pedir publicamente pelo veto: — Estou sugerindo ao presidente que vete e que permita que a contribuição do funcionalismo público seja dada para o bem de todos nós e deles, perante também a opinião pública brasileira.

COTA DE SACRIFÍCIO

Durante a reunião com empresários, Guedes comparou pedir reajuste na crise a “aproveitar que o gigante caiu e ver o que podemos tirar dele”:

—A hora em que o país tem uma crise como essa, a pergunta que sempre fazemos é a seguinte: que sacrifício ou contribuição podemos dar para a nação? E não aproveitar que o gigante caiu e ver o que podemos tirar dele.

Caso Bolsonaro confirme o veto, o Congresso pode derrubar a decisão presidencial. Perguntado sobre essa possibilidade, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que foi relator do projeto, limitou-se a dizer que vetar ou não “é um direito” do presidente da República. Ontem, em um manifesto, 13 entidades ligadas a servidores da segurança pública pediram para que Bolsonaro reconsidere a decisão ou que o Congresso derrube o veto.

O pacote de ajuda a governos locais foi aprovado na quarta-feira pelo Senado e enviado à sanção presidencial, após ter passado também pela Câmara. O texto prevê repasses de R\$ 60 bilhões a estados e municípios, além de um auxílio de R\$ 60 bilhões por meio de suspensão de dívidas com a União e bancos públicos. Em troca, o governo federal propôs a suspensão de reajustes para todos os servidores federais, estaduais e municipais por 18 meses.

No Congresso, categorias como professores, policiais e peritos ficaram de fora do congelamento, com apoio do líder do governo na Câmara, Vitor Hugo (PSL-GO), que orientou voto “sim” à mudança.

Na tarde de ontem, após anunciar o veto, Bolsonaro disse entender a “sensibilidade do parlamentar”, ao defender Vitor Hugo:

—Paraná levar uma lapada de 400 (votos) a 50, ele encaminhou “sim” também.

O presidente voltou a afirmar que os servidores precisam dar sua cota de sacrifício:

— Digo aos servidores que eu gostaria que todo mundo pudesse ter o reajuste, mas a arrecadação está caindo, não tem dinheiro. Tem estado que, se não fosse o socorro do governo, não ia pagar servidor a partir do mês que vem.

Nas últimas semanas, Guedes e Bolsonaro divergiram sobre a necessidade de suspender reajustes salariais, porque o presidente estava preocupado com o ônus político da medida.

A mudança de posicionamento de Bolsonaro só ocorreu após uma conversa ontem com o ministro. Segundo um auxiliar, Guedes não ameaçou entregar o cargo, mas demonstrou seu aborrecimento. Disse que seria inaceitável falar em aumento de salário para algumas categorias, enquanto a maioria dos trabalhadores está tendo salários reduzidos ou perdendo o emprego por conta da crise.

Técnicos de equipe econômica calculam que, se todos os servidores tivessem salários congelados, R\$ 130 bilhões seriam economizados. Com categorias protegidas, esse impacto cai para R\$ 43 bilhões.

A conta é uma projeção de gastos com base no crescimento das despesas com pessoal na União e em cada estado e município nos últimos três anos. Para estimar o impacto da blindagem de categorias, os técnicos consideraram que 85% das despesas com a folha em estados e municípios são em saúde, segurança e educação.

Em Minas Gerais, as categorias que ficariam fora do congelamento correspondem a 91% da folha. O estado, que convive com uma grave situação fiscal, começa a enfrentar dificuldades para honrar seus compromissos. Os salários de maio foram garantidos somente para os traba-

lhadores da saúde e da segurança. No entanto, só serão pagos no dia 15 do mês. Os demais seguem sem previsão de receber.

— Não temos a mínima condição de dar aumento salarial — afirmou Gustavo Barbosa, secretário de Fazenda do estado.

Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, secretário de Fazenda do Rio, considera a discussão sobre reajuste salarial “inócua”, uma vez que, desde 2017, não concede aumento aos servidores, com exceção de benefícios específicos, por conta do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Atualmente, cerca de 80% da folha de pagamento é de servidores da educação.

TODOS SERIAM AFETADOS

Segundo os técnicos, o veto deve afetar todas as categorias beneficiadas pela Câmara. Uma fonte explicou que não é possível vetar apenas um trecho de um dispositivo legal. Na redação aprovada pelo Senado, as exceções ao congelamento salarial estão todas descritas em um único parágrafo.

Além dos profissionais de saúde, estão nesse dispositivo policiais militares, policiais civis, militares das Forças Armadas, profissionais da educação e profissionais de limpeza urbana. Ou seja, o veto proibiria reajustes salariais para todas essas categorias.

O texto, no entanto, abre a possibilidade de que profissionais de saúde (incluindo médicos e enfermeiros) recebam gratificações durante o período de combate à pandemia. Esse trecho não deve ser vetado pelo presidente da República.

A derrota no Congresso foi a segunda contrariedade de Guedes em poucas semanas, depois de ter sido surpreendido com anúncio do plano Pró-Brasil, com previsão de expansão de gastos públicos.

O novo embate entre Guedes e Bolsonaro, no entanto, foi malvisto por integrantes da ala política. Uma fonte viu no episódio um sinal de falta de “traquejo político” de Guedes, ao contrariar a posição do presidente e depois pedir apoio público.

AS IDAS E VINDAS DO PROJETO DE AJUDA AOS GOVERNOS LOCAIS

O Globo · 8 maio 2020

1 Primeira versão do projeto aprovado na Câmara: R\$ 89,6 bi

A primeira versão do projeto de socorro a estados foi aprovado na Câmara no dia 13 de abril. O texto previa que a União cobrisse as perdas na arrecadação de impostos nos estados e municípios. Em caso de queda de 30% nas receitas, o impacto seria de R\$ 89,6 bilhões. O Ministério da Economia foi contra porque considerou a medida um “cheque em branco”, com impacto fiscal imprevisível.

2 Proposta alternativa do governo federal: pacote de R\$ 77,4 bi

Depois da derrota na Câmara, a equipe econômica propôs um pacote com repasses de R\$ 40 bilhões e R\$ 37,4 bilhões em alívio no pagamento de dívidas. O auxílio foi considerado insuficiente por estados e municípios, porque, do total de transferências, só R\$ 22,5 bilhões eram livres. O restante seria carimbado para ações de saúde. O critério de distribuição também foi criticado.

3 No Senado, ajuda de R\$ 120 bi e congelamento salarial

Semana passada, governo e Senado costuraram um novo desenho, com R\$ 60 bilhões em transferências, sendo R\$ 50 bilhões livres. Outros R\$ 60 bilhões foram oferecidos em suspensão de dívidas. O critério de distribuição foi reformulado, beneficiando estados do Norte e Nordeste. Em contrapartida, a equipe econômica convenceu senadores a congelar salários de servidores por 18 meses.

4 Desidratação de ajuste fiscal no Congresso

A proposta de congelar salários não prosperou no Congresso, pressionado pelo lobby do funcionalismo. No Senado, foram poupados do ajuste profissionais de saúde e segurança pública. Na Câmara, mais categorias foram blindadas, reduzindo a economia de R\$ 130 bilhões para R\$ 43 bilhões, com apoio do líder do governo na Câmara. O Senado confirmou as mudanças. Agora, o presidente anunciou veto aos reajustes.

Para cumprir promessa a Guedes, Bolsonaro terá que vetar reajuste para todas as categorias

Dispositivo aprovado pelo Congresso diminui economia do projeto de socorro aos Estados e municípios para R\$ 43 bilhões; caso alterado, alívio sobe para R\$ 130 bilhões

Adriana Fernandes e Tânia Monteiro, O Estado de S.Paulo

07 de maio de 2020 | 21h51

BRASÍLIA - Para garantir a promessa ao ministro da **Economia, Paulo Guedes**, o presidente **Jair Bolsonaro** terá que vetar toda **a lista das categorias que ficaram de fora do congelamento** de salários no projeto de auxílio aos Estados e municípios.

Isso porque todas as flexibilizações, que deixaram de fora do reajuste salarial diversas categorias, **estão num único parágrafo do artigo 8º do projeto.**

Ou veta o parágrafo todo ou não veta nada, explicou um integrante da equipe econômica.

Como mostrou o **Estado**, o projeto **foi aprovado no Senado com o aval do próprio presidente para beneficiar o funcionalismo**, principalmente da área de segurança, atropelando a orientação do ministro Guedes de garantir essa contrapartida ao socorro de R\$ 125 bilhões aos Estados e municípios.

O ministro ficou irritado com a orientação do líder do governo na **Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO)**, na orientação do voto e reclamou com o presidente. O presidente conversou com Guedes sobre a possibilidade de veto antes da entrevista em que anunciou a intenção de seguir a orientação da equipe econômica para manter o congelamento até 2021. **O congelamento integral garante economia de R\$ 130 bilhões para União, Estados e municípios.** Da forma como foi aprovado no **Congresso**, o texto dá **alívio de apenas R\$ 43 bilhões.**

No **Palácio do Planalto**, a percepção foi de que Guedes surpreendeu o presidente na hora da entrevista após a ida ao **Supremo Tribunal Federal (STF)**, com a participação de empresários. Na entrevista, Guedes defendeu o veto.

Os jornalistas, então, perguntaram ao presidente o que ele faria. Bolsonaro acabou acompanhando a posição de Guedes, que estava ao seu lado. Bolsonaro responsabilizou o Congresso por deixar várias categorias de fora do congelamento.

A estratégia da área econômica será buscar o apoio popular para garantir que o Congresso não derrube o veto presidencial. O discurso será de que esse é sacrifício menor comparado ao dos trabalhadores da iniciativa privada que estão perdendo o emprego e tendo corte de salários com a crise. **De acordo com os dados oficiais, 5,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada já tiveram o salário reduzido ou o contrato suspenso.** Outros 50 milhões de informais e desempregados já solicitaram o auxílio emergencial de R\$ 600.

Foram poupados do congelamento servidores da área de saúde (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das **Forças Armadas.**

Como mostrou o **Estado**, da forma como foi aprovado no Congresso, **o texto libera o reajuste para 7 de cada 10 servidores públicos de Estados e**

municípios. Já entre os funcionários públicos federais, as carreiras blindadas representam 60% do total da folha.

Bolsonaro promete vetar reajuste salarial de servidores públicos

Recuo do presidente atende a um apelo da equipe econômica, mas pode criar novo desgaste ao governo no Congresso

Por **Lu Aiko Otta, Fabio Murakawa e Luisa Martins, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto** — De Brasília

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Um dia depois de ter dado o sinal verde à aprovação de um dispositivo que permite reajustar salários de várias categorias do funcionalismo, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que vetará o dispositivo.

O dispositivo foi incluído no projeto de lei que regula a ajuda financeira federal de R\$ 60 bilhões a Estados e municípios, após longo debate entre os parlamentares, e aprovado nesta semana. O recuo atende a um apelo da equipe econômica, mas pode criar novo desgaste ao governo no Congresso.

“O que nós decidimos? Eu sigo a cartilha de Paulo Guedes na economia. E não é de maneira cega, não. É de maneira consciente e com razão. E se ele acha que deve ser vetado, esse dispositivo, assim será feito”, afirmou, após haver levado os integrantes da Coalizão da Indústria para uma reunião no Supremo Tribunal Federal (STF).

Articulada pelo líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), na noite de quarta-feira, a inclusão de novas categorias de funcionários entre as que ficarão fora do congelamento salarial até 2021 ocorreu sob protestos da equipe econômica e alimentou especulações sobre um novo enfraquecimento de Guedes. O deputado afirmou, primeiro, que agia com a concordância do ministro. Depois, retificou: agia

sob orientação de Bolsonaro. Acrescentou que era líder do governo, não de “qualquer ministério”.

Ontem, ao lado de Bolsonaro e dos empresários, Guedes defendeu o veto. “Renovo meu pedido ao funcionalismo: são só dois anos sem aumento”, disse. “Podemos usar R\$ 130 bilhões para salvar vidas.” A cifra se refere à economia estimada na hipótese de não haver qualquer reajuste salarial.

Bolsonaro concordou com o ministro e disse que perto de 10 milhões de empregos formais deixaram de existir. “Servidor público tem estabilidade e salário.”

O congelamento salarial é a contrapartida pedida pelo governo pela ajuda financeira a Estados e municípios. A ideia era que fosse aplicada a todo o funcionalismo, sem exceção, o que proporcionaria os R\$ 130 bilhões em economia. No Senado, foram autorizados aumentos e contratações na área de saúde, para os militares e policiais.

A Câmara ampliou a lista, com outros tipos de policiais, técnicos e peritos criminais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana e trabalhadores da educação pública. O Senado aprovou a mudança, com a restrição de que só terão direito a aumento “os diretamente envolvidos no combate” à covid-19 e, com isso, a economia estimada caiu para R\$ 43 bilhões.

Da forma como o texto está redigido, Bolsonaro não terá escolha. Se vetar, atingirá todas as categorias listadas, inclusive militares.

“Na prática, Estados e municípios não têm como conceder reajustes com uma crise econômica dessa magnitude”, disse o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles. Ele acrescentou que os R\$ 60 bilhões são importantes, mas insuficientes. No funcionalismo federal, o congelamento já estava dado desde a aprovação da regra do teto de gastos, segundo avaliou o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

Pacote para Estados mostra descoordenação do governo

Indícios de descontrole fiscal, fim das reformas e sanção populista ao aumento de despesas é uma combinação tóxica para o futuro

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Entre a austeridade e a gastança o coração do governo agora balança. Os ziguezagues de um presidente da República acuado não permitem prever com certeza em que direção ele está se movendo. Ontem o líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo, foi favorável ao projeto de auxílio aos Estados aprovado pelos deputados, em linha oposta ao que o Senado havia acertado com a equipe econômica. Uma das poucas e importantes contrapartidas de um pacote total de R\$ 125 bilhões para governadores e prefeitos foi a proibição de reajustes salariais para servidores até dezembro de 2021. O projeto aprovado abre exceções que retiram da restrição mais de dois terços das categorias do funcionalismo. Vitor Hugo diz que recebeu autorização do presidente Jair Bolsonaro para isso e que era líder de governo “e não de qualquer ministério”.

O sinal dado pela aprovação do projeto, com apoio do líder do governo foi péssimo. Demonstrou que mesmo durante uma pandemia assassina, uma gigantesca crise econômica, os lobbies do funcionalismo, que não estão ameaçados de perder o emprego ou parte dos salários, como os demais cidadãos, conseguiram prevalecer. Pior ainda, com o apoio do líder do governo, decisivo para a exclusão da proibição de reajustes para Forças Armadas, policiais militares, bombeiros e até policiais legislativos.

Ontem, porém, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que seguirá a posição do ministro da Economia, Paulo Guedes, e que vetará a proliferação de exceções. Na

questão do auxílio aos Estados, Guedes combinou intransigência e flexibilidade suficientes para que uma posição intermediária fosse possível. Ser derrotado na questão, com apoio de Bolsonaro, seria mais uma séria estocada em seu prestígio, depois de os ministros civis que compõem a “ala militar” terem apresentado ao país um programa “Pró-Brasil” de gastos públicos ao qual Guedes se opôs desde o início.

Governadores e prefeitos pressionaram para que toda a queda de suas receitas pelos efeitos da pandemia fossem cobertas pela União durante seis meses, em uma conta aberta. Uma redução de 25% de sua arrecadação levaria a União a lhes repassar R\$ 80 bilhões, cifra que subiria junto com as perdas estaduais. O governo contrapropôs R\$ 40 bilhões, sendo que quase metade carimbados para despesas com a pandemia, e a contrapartida de proibição de reajustes salariais e outros gastos correlatos.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acertou-se com Guedes e elaborou novo projeto mais equilibrado. O aporte aos Estados e municípios seria maior, R\$ 60 bilhões, por menos tempo (4) e de montante fixo. A contrapartida do congelamento da folha de salários foi aceita, com alguma flexibilidade. Haveria exceção para mais contratações e melhores salários na área da saúde, o que é necessário durante uma pandemia e também depois. A partir daí, porém, as exceções cresceram tanto que viraram regra, e a regra, exceção.

Os Estados raramente perdem uma disputa por recursos da União. No caso, a contrapartida era mais que necessária. A maioria dos entes federados estouraram ou estão perto de estourar o limite de despesas com a folha de pagamentos estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Como grande parte do dinheiro que virá do auxílio é para gastos inespecíficos, governadores e Assembleias tendem a agir para agradar bases políticas, com reajustes salariais, por exemplo.

Os lobbies agem com mais facilidade e eficiência quando há vacilação política no Executivo - ou dependência do Congresso. O presidente Jair Bolsonaro nunca quis saber de construir uma base governista, mas agora, para evitar ser atropelado por impeachment resolveu criá-la com a matéria-prima do pântano político, os partidos do Centrão, com seus mensaleiros e indiciados por corrupção. A velha política parece ter se instalado de vez no Planalto a partir de quarta, com o primeiro “toma lá” - a entrega do DNOCS e seu orçamento de R\$ 1 bilhão para o Progressistas.

Como o presidente está isolado e acuado, o “dá cá” sairá caro e poderá vir de inúmeras formas, entre elas pela desfiguração da política econômica e a abertura dos cofres aos políticos amigos. É tudo o que o Brasil não precisa em meio a três crises simultâneas. Indícios de descontrole fiscal, fim das reformas e sanção populista ao aumento de despesas é uma combinação tóxica para o futuro. Não há dúvidas que é o momento de gastar para salvar vidas e empregos. Ter a noção pragmática e racional dos limites, evitando o populismo, é essencial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ela tentou levá-lo ao veterinário e isso acabou viralizando

THE PRIMARY MARKET

LINK PATROCINADO

Quando o médico pegou o bebê, ele fez algo que deixou os pais espantados.

FAMILYFEED

LINK PATROCINADO

Mãe deixa cachorro sozinho com menina alguns segundos e olha no que deu

GAME OF GLAM

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Todos estes carros foram feitos para durar 400.000 km – o seu está na lista?

TRENDSATCHERS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bradesco vai fechar entre 320 e 330 agências neste ano

Bolsonaro descarta alta da Cide da gasolina

Ministra da Agricultura diz que pretende conversar com presidente e com Paulo Guedes em busca de soluções para setor sucroalcooleiro

Por Fabio Murakawa, Rafael Walendorff, Cristiano Zaia e Lu Aiko Otta — De Brasília

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O presidente Jair Bolsonaro não pretende atender ao pleito da indústria sucroalcooleira e aumentar impostos para salvar o setor, em dificuldade por conta da queda abrupta do preço da gasolina na bomba. O fenômeno reflete o que ocorre com o petróleo no mercado internacional, afetado pelo desaquecimento econômico por conta da pandemia de covid-19.

A alta da Cide opõe o ministro da Economia, Paulo Guedes, aos colegas Bento Albuquerque, de Minas e Energia, e Tereza Cristina, da Agricultura, porta-vozes dos interesses do setor no governo. Até a semana passada, empresários do ramo davam como certa alta de R\$ 0,10 para R\$ 0,30 por litro do combustível, o que não ocorreu.

O dissenso levou o problema à mesa de Bolsonaro. Nos últimos dias, ministros palacianos já diziam que dificilmente o presidente concordaria em atender a esse pleito, o que colocaria novamente o Palácio do Planalto em conflito com Guedes. Ontem, Bolsonaro confirmou essa tendência.

“Minha política durante a campanha foi de não aumentar impostos, foi [a política] do Paulo Guedes o tempo todo”, disse Bolsonaro a jornalistas no Palácio da Alvorada. “Não acho justo agora aumentar a Cide para salvar o setor sucroalcooleiro. No momento em que estamos perdendo emprego, pessoal com salários reduzidos por acordos, o governo federal para salvar o ‘teu lado’ aumenta o imposto. Isso não é

dilema, é situação que coloquei na mesa, acho que não serei derrotado no meus argumentos e assim deve ser posto.”

Bolsonaro voltou a citar uma ideia que desagrada aos governadores: a redução do ICMS sobre combustíveis. “Alguns do governo querem, alguns do Nordeste. O mais interessado é São Paulo, mais de cem cidades vivem exclusivamente da cana-de-açúcar. Para tornar o álcool competitivo tem dois caminhos: diminuir ICMS ou aumentar imposto da gasolina.”

Guedes e sua equipe são contra medidas que atendam a um setor específico. As ações anunciadas pelo governo para o combate à covid-19 atendem às empresas como um todo. O ministro também tem sido refratário à ideia de elevar impostos em meio à crise.

Tereza Cristina disse ao **Valor** que pretende conversar a partir de hoje com o presidente, Guedes e Bento em busca de outras medidas de socorro ao setor. “O presidente foi coerente com seu pensamento. Sempre foi contra aumento de imposto sobre combustível. Agora é um momento em que precisamos ver se há outra alternativa, se tem algo a fazer para ajudar o setor, que está com problemas. Nossa preocupação é com os empregos.”

Anteontem, Tereza e Bento haviam falado com Bolsonaro na tentativa de convencê-lo a aumentar a Cide sobre a gasolina. Com a fala ontem de Bolsonaro, porém, o cardápio de medidas tributárias está praticamente descartado, diz uma alta fonte do governo.

Ontem, ao chegar ao Palácio da Alvorada após o expediente, Bolsonaro disse que vai questionar a Petrobrás sobre o aumento de 12% no preço da gasolina nas refinarias, que classificou de “manobra”.

Ele afirmou que não constatou elevação no petróleo a nível mundial, o que não justificaria a atualização no Brasil.

“A Petrobras subiu 12% a partir de hoje. Eu não vi o preço do petróleo aumentar lá fora para subir 12 % aqui dentro. Quero saber que manobra foi essa. Não é

interferir, é um direito que tenho de saber. Não sei porque a Petrobras aumentou, ela segue a política internacional do preço do petróleo.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ela tentou levá-lo ao veterinário e isso acabou viralizando
THE PRIMARY MARKET

LINK PATROCINADO

O médico segura o bebê, mas então algo completamente inesperado aconteceu.
FAMILYFEED

LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

É por isso que você deve envolver as chaves do carro em folha de alumínio!
CROWDY FAN

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Mercado Livre acelera vendas e entra no setor de supermercados

VALOR INVESTE

Lucro do Banco do Brasil cai 20,1%, para R\$ 3,395 bi no 1º trimestre

VALOR INVESTE

Gol: Setor aéreo terá recuperação rápida quando pandemia for controlada, diz presidente



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Como será o amanhã?

Temor da equipe econômica é que o resultado das ações emergenciais do Executivo desemboque em maior participação do Estado na economia

08/05/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Há uma forte inquietação na área econômica do governo em busca de um horizonte de definições para o pós-pandemia da covid-19. O temor é que o resultado das ações emergenciais do Executivo desemboque em uma maior participação do Estado na economia, exatamente o contrário da proposta que venceu as eleições de 2018, de redução do papel do Estado na atividade econômica, sintetizada no slogan "Mais Brasil, menos Brasília", adotado como lema pelo ministro Paulo Guedes, da Economia.

Uma das medidas temporárias que podem se tornar permanentes, na avaliação de técnicos oficiais, é a do auxílio emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores informais. Concebida para durar apenas três meses, será muito difícil extingui-la sem colocar nada no lugar, segundo essa visão. Trata-se de um benefício que tem tudo para se transformar em um amplo programa de renda mínima, em detrimento de gastos indiretos em projetos sociais.

Bolsonaro aprova e anuncia veto a reajuste de servidores

O problema é o tamanho dessa despesa: o seu custo final caminha para a casa dos R\$ 150 bilhões, envolvendo uma parcela gigantesca da população - mais de 79

milhões de brasileiros, segundo prognósticos da Instituição Fiscal Independente (IFI). São os trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais (MEI).

Mesmo diante de resistências iniciais, o governo sabe que não será simples suspender a ajuda a essa parcela da população até então invisível.

Um programa estratégico de saída da pandemia, em que o Estado não ampliaria a sua presença na economia, deve aprofundar a agenda liberal, na ótica da equipe econômica. Mas é importante notar que essa alternativa tem pouca aderência às demandas que a elite política propaga em nome do povo.

Uma das medidas defendidas por alguns assessores do governo pressupõe “desencantar” de vez a reforma tributária não para aumentar impostos, mas para reduzi-los como uma iniciativa que poderia dar um choque de produtividade na economia. Os primeiros candidatos a desaparecer, neste caso, seriam os impostos sobre a folha de salários das empresas.

A situação econômica é muito grave e, até o momento, o que há é uma disputa por hegemonia dentro do governo. De um lado estão os que, no Palácio do Planalto, advogam a participação do Estado de maneira quase que inesgotável - como se não houvesse limitações para a ampliação do gasto público - na geração de investimentos e empregos. E de outro lado, há o grupo de economistas do governo, liderado por Paulo Guedes, que pretende retomar a pauta mais liberal como saída estratégica da pandemia. Trata-se, aqui, da velha disputa entre desenvolvimentistas e ortodoxos, cuja história do país é marcada por fracassos da visão dominante pró-gasto público.

Ao Estado resta, por enquanto, o caminho do aumento do endividamento rumo aos 90% do Produto Interno Bruto (PIB), assumindo uma trajetória insustentável cujo desfecho pode ser a dominância fiscal, tão temida pelos seus efeitos nefastos e cujo golpe final seria um “calote” na dívida interna.

Foi essa a gênese do embate travado entre os ministros da Economia e Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional. Marinho estimulou o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, a abraçar a ideia de um programa de investimentos ao

melhor estilo do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) concebido no governo Dilma Rousseff. Seria o Pró-Brasil, um plano de investimentos públicos de R\$ 184 bilhões por um período de quatro anos, envolvendo projetos de infraestrutura.

Guedes referiu-se a Marinho como um aliado da “gastança” e qualificou o ato do ministro, que chegou ao cargo por indicação do titular da pasta da Economia, de “desleal”. Amigos de Guedes consideraram a atitude de Marinho oportunista. “Ele furou a fila”, indo diretamente ao chefe da Casa Civil vender uma ideia que deveria ter sido submetida, originalmente, a Guedes, que é o guardião da chave do cofre.

O certo, porém, é que a ideia de um PAC subsiste no governo, juntamente com a de uma boa encorpada do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), programa de habitação popular sob a gerência de Marinho.

Foi, porém, na votação da proposta de socorro financeiro aos Estados e municípios, na quarta feira, na Câmara e no Senado, que se assistiu ao ensaio geral do que ocorre no centro da disputa pelo parco dinheiro público em nome do combate à covid-19.

O Executivo havia proposto que os salários do funcionalismo público da União, dos Estados e dos municípios ficassem congelados até dezembro de 2021, representando uma economia de R\$ 130 bilhões. Esse seria o preço a pagar pela crise do coronavírus. No setor privado, boa parte dos trabalhadores teve redução de salários em troca de uma temporária estabilidade no emprego. No setor público, a estabilidade é um direito adquirido.

Durante a tramitação do projeto os parlamentares começaram a excepcionalizar o alcance do congelamento de salários. No texto aprovado pelo Senado os salários ficarão congelados até o fim do próximo ano, exceto para os profissionais das áreas de segurança, saúde e educação dos três entes da federação (União, Estados e municípios) diretamente envolvidos no combate à covid-19. São exatamente essas as áreas onde a folha de salários mais pesa nos cofres dos Estados e municípios.

“Arrombaram a porteira”, comentou um qualificado funcionário do ministério da Economia, tão logo foi encerrada a votação, na noite de quarta feira. O mais grave é

que esse duro golpe desferido em Guedes teve a aprovação prévia do presidente da República, conforme explicou o líder do governo na Câmara, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), ao encaminhar a votação. Bolsonaro é sensível às pressões das corporações. Mas depois de aprovado e de ouvir Guedes, Bolsonaro disse ontem que pode vetar a parte da proposta que excepcionaliza o congelamento dos vencimentos do funcionalismo. E, mais uma vez, ele garantiu que quem manda na economia é o ministro Paulo Guedes.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ela tentou levá-lo ao veterinário e isso acabou viralizando

THE PRIMARY MARKET

LINK PATROCINADO

O médico segura o bebê, mas então algo completamente inesperado aconteceu.

FAMILYFEED

LINK PATROCINADO

Mãe deixa cachorro sozinho com menina alguns segundos e olha no que deu

GAME OF GLAM

LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"

ACTIVE ANTI-OX

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

É por isso que você deve envolver as chaves do carro em folha de alumínio!

CROWDY FAN

por taboola

Leia em Valor Investe

Covid-19 evidencia peso do transporte terrestre no PIB

Número representa uma média e pode estar subestimado, afirma autora do estudo

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Dois anos após a greve dos caminhoneiros, ocorrida em 2018, a importância dos transporte rodoviário de carga reaparece durante a pandemia. Embora a participação dessa atividade no Produto Interno Bruto (PIB) seja de apenas 1,4%, sua importância não fica restrita somente a este percentual, segundo indica estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

“Pelo menos 29% da economia brasileira roda diretamente em cima dos caminhões”, resume a autora do levantamento, Juliana Trece, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV. A estimativa leva em consideração a “representatividade” do transporte terrestre de carga no PIB - o quanto da economia depende, em alguma medida, da atividade. “Esse número tem tudo para estar subestimado”, admite a economista, frisando que trata-se de uma média.

Na verdade, das 68 atividades econômicas listadas na Tabela de Recursos e Usos (TRU), em 66 o transporte rodoviário está presente como insumo, esclarece Juliana. Elaborada periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a TRU detalha as relações (a oferta e demanda de bens e serviços) entre os segmentos da economia.

“A última milha é sempre feita de caminhão”, resume o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa. Levantamento realizado pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) indica leve melhora na demanda por transportes rodoviários pela segunda semana seguida.

Entre 27 de abril e 3 de maio, a demanda geral (medida em volume de cargas) apresentou queda de 41,4% em relação aos níveis anteriores à pandemia. Apesar da retração, o percentual foi inferior ao registrado na semana anterior (-44,8%). No período imediatamente anterior, entre 13 e 19 de abril, a retração na demanda ficou em 45,2%.

De acordo com a pesquisa mais recente da NTC&Logística, a da semana encerrada em 3 de maio, os setores menos afetados foram o do agronegócio e o da indústria farmacêutica, conta Francisco Pelucio, presidente da associação.

No extremo oposto, o mais afetado é o dos fabricantes de eletrodomésticos da linha branca (fogões e geladeiras), cuja demanda por transporte rodoviário decresceu 63,5% no período.

“Por mais que a atividade econômica esteja retraída, é preciso transportar nesse período de crise alimentos, remédios e equipamentos médicos”, justifica Costa, da CNT. “Do aeroporto até o hospital, é o caminhão que vai levar o respirador”, exemplifica.

Em meio à recessão aguda que se desenha, o transporte de carga terrestre é que vem sustentando a fraca atividade econômica no país, argumenta Juliana Trece, da FGV. “Agora, [o transporte rodoviário de carga] tem mais importância ainda porque está conseguindo segurar o pouco da economia que está em movimento”, acrescenta ela.

Para chegar à participação de 1,4% do PIB calculada especificamente para a atividade de transporte rodoviário de carga, a economista da FGV utilizou uma média de 2010 a 2017 de dados extraídos das Contas Nacionais do IBGE e da Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

Já a estimativa do impacto direto (29%) que o transporte rodoviário de carga tem nas atividades mensuradas no Produto Interno Bruto exigiu análises por três ângulos econômicos distintos. Entre elas, uma análise do consumo intermediário (o quanto uma determinada atividade econômica depende do transporte rodoviário de carga para produzir). E uma análise das “interrelações para frente”, que toma por base o quanto uma mudança no transporte rodoviário de carga pode afetar outras atividades. O impacto direto foi calculado a partir de dados do período de 2010 a 2017.

Informações compiladas pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística a partir de várias fontes indicam a existência de 527,2 mil caminhoneiros autônomos no Brasil e 153,3 mil empresas do ramo. O faturamento anual da atividade de transporte rodoviário de carga soma R\$ 328 bilhões em 2019.

Dirigente empresarial prevê “morte de CNPJs”

Indústria reclama da queda na demanda e teme invasão de produtos asiáticos

Por **Lu Aiko Otta, Luísa Martins, Fabio Murakawa e Ana Conceição** — De Brasília e São Paulo

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com o diagnóstico de que a “indústria está na UTI” e de que haverá “morte de CNPJs”, o grupo de empresários que se reuniu ontem com o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes se queixou da forte queda na demanda causada pelo isolamento necessário para conter a pandemia de covid-19.

“Enfrentamos uma profunda crise de demanda por causa do fechamento das atividades”, afirmou Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil e coordenador da Coalizão Indústria, que reúne 15 entidades setoriais. “A indústria está na UTI e ela precisa sair porque senão as consequências serão gravíssimas”, disse.

Segundo Marco Polo, a agenda da reunião tratou dos problemas que as empresas enfrentam para ter acesso ao crédito, além do temor de que o mercado interno seja invadido por produtos da Ásia, entre outros temas. Uma flexibilização do isolamento social não foi discutida, segundo ele. “A questão não depende do presidente”. Mas empresários da Coalizão defendem a medida.

“Não defendemos uma abertura geral. Ninguém está falando que precisa acabar com o isolamento”, afirmou José Velloso, presidente da Abimaq, que reúne a indústria de máquinas e equipamentos. Ele participou da reunião de forma virtual. “Defendemos a adoção de uma estratégia que leve em consideração número de casos da doença, perfil da economia da região, leitos de UTI. Há lugares no país que podem ser reabertos. É preciso sentar à mesa e levantar quais são”.

O presidente da Abit, do setor têxtil e confecção, Fernando Pimentel, afirmou que algumas cidades que apresentam poucos casos poderiam retomar suas atividades. “A indústria têxtil e de confecções está parada há 40 dias”, afirmou. “Tudo tem limite”. O setor emprega 1,5 milhão de pessoas e está com uma capacidade ociosa de 75%, porque o varejo está parado e não há vazão para a produção, explicou.

Synésio Batista da Costa, presidente da Abrinq, que reúne os fabricantes de brinquedos, disse que haverá “morte de CNPJ” se a indústria não conseguir voltar plenamente. “O que a gente não queria era por conta de ter estado junto no combate da pandemia, o meu coração está batendo a 40 eu não consigo retomar. Eu tenho um inimigo lá fora, que é meu adversário comercial prontinho para suprir o mercado inteiro e então haverá morte de CNPJ - disse. Segundo o empresário, a indústria estará fragilizada e não sabe o que fazer quando os funcionários voltarem para a folha de pagamento das empresas.

Na reunião com Guedes e Bolsonaro, Marco Polo fez um diagnóstico do setor industrial. Segundo ele, o setor automotivo está com 25 fabricantes parados, o de máquinas e equipamentos tem 47% das empresas fechadas e o setor de aço teve, em abril, o pior mês de vendas desde 1995.

O empresário defendeu que chegou a hora de colocar “a roda para rodar”.

Segundo Marco Polo, os setores essenciais não pararam e os trabalhadores continuam operando com protocolos de segurança e saúde. “Nossa percepção é que essa flexibilização já poderia ter ocorrido, evidentemente com todo o regramento necessário, de forma que a gente conseguisse voltar a ter atividade”.

Depois da reunião, oito representantes da Coalizão, o presidente e Paulo Guedes foram visitar o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. No início de abril, o ministro da Corte Alexandre de Moraes decidiu que o governo federal não pode derrubar decisões de Estados e municípios sobre isolamento social, quarentena, restrições ao comércio e à circulação de pessoas. A visita ao STF não estava na agenda. Segundo relatos, a ideia de procurar o Supremo foi do próprio Bolsonaro e surpreendeu os participantes da reunião. Bolsonaro afirmou que eles precisavam falar o mesmo “para mais gente”, virou-se e pediu ao ajudante de ordens que telefonasse para Toffoli.

Investimentos caem 8,9% em março, pior resultado em 25 anos, diz Ipea

Com a incerteza em níveis recordes e a paralisação de fábricas durante a pandemia de covid-19, houve retração forte do que se investe em máquinas equipamentos, construção civil e pesquisa

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

08/05/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Com a incerteza em níveis recordes e a paralisação de fábricas durante a pandemia de covid-19, os investimentos no país registraram o pior mês de março em pelo menos 25 anos, mostram cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados ontem.

A formação bruta de capital fixo (FBCF), medida dos investimentos em máquinas, construção civil e pesquisa, recuou 8,9% de fevereiro para março, pela série com ajuste sazonal do indicador do Ipea, que cruza estatísticas da indústria do IBGE e de importação e exportação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do governo federal.

Leonardo Mello de Carvalho, pesquisador do Ipea e autor do indicador, disse que a queda reflete o impacto simultâneo da pandemia sobre a demanda e oferta. “Decisões de investimentos dependem de confiança e foram afetadas. Além disso, houve restrições de oferta, com férias coletivas e interrupção de fábricas”, explicou.

O consumo aparente de máquinas e equipamentos - produção nacional menos as exportações, acrescidas de importações - recuou 15,1% em março, frente a fevereiro. Enquanto a produção nacional destinada ao mercado interno caiu 9,5% no mês, a importação de máquinas e equipamentos diminuiu 35,9%.

Carvalho explicou que a produção doméstica de bens de capital registrou queda disseminada entre as sete categorias acompanhadas pelo IBGE e dessazonalizadas pelo Ipea. O maior tombo foi na produção de equipamentos de transportes (-18,1%) e a menos intensa, em bens de capital agrícolas (-4,6%).

O setor de construção também registrou perda recorde para o mês de março dentro da série histórica dos cálculos do Ipea. O indicador de construção civil caiu 6,7% no mês, frente a fevereiro. Obras residenciais acabaram interrompidas por causa do isolamento social.

O pesquisador disse que a recuperação da construção civil já mostrava-se incipiente, concentrada no segmento de maior renda do mercado residencial do Estado de São Paulo. Para chegar ao desempenho do setor, o Ipea utiliza indicadores de materiais de construção do IBGE e a renda do setor da Pnad Contínua.

Com o resultado de março, os investimentos encerraram o primeiro trimestre com alta de 1,7% na comparação ao quarto trimestre do ano passado, com ajuste sazonal. O resultado foi "salvo" pelo mês de janeiro, quando a FBCF registrou alta de 8% frente a dezembro, ajudada por importações de plataformas e a baixa base de comparação.

No acumulado em 12 meses até março deste ano, os investimentos cresceram 3%.

Carvalho disse que o pior deverá vir em abril, mês em que a confiança dos empresários atingiu o menor patamar em 19 anos, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A confiança da indústria de construção, também da FGV, chegou ao menor patamar da série histórica, iniciada em 2010.

"O quadro é preocupante porque o isolamento social começou nos últimos dez dias de março. Em abril, o mês inteiro foi assim. Devemos ver uma queda mais intensa dos investimentos, como vem sinalizando indicadores coincidentes e pesquisas qualitativas", acrescentou.

Mesmo com crise, aumenta a arrecadação de royalties

Entre janeiro e abril, o valor pago pelo setor foi de R\$ 1,37 bilhão, ante R\$ 1,1 bilhão no mesmo período do ano passado

Por **Marcos de Moura e Souza** — De Belo Horizonte

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Mesmo com a paralisia da economia, em decorrência da pandemia da covid-19, o Brasil viu aumentar a arrecadação de royalties de mineração entre janeiro e abril. Foram arrecadados R\$ 1,376 bilhão ante R\$ 1,109 bilhão no mesmo período do ano passado, segundo números reunidos a pedido do **Valor** pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa as principais empresas de mineração do país.

A arrecadação vem quase toda dos estados do Pará e de Minas Gerais, onde há uma grande extração e minério de ferro e outros minerais representativos no setor. No acumulado dos quatro primeiros meses, os empreendimentos no Pará, que abriga a jazida de ferro e cobre de Carajás recolheram R\$ 691 milhões. Em Minas Gerais foram R\$ 530 milhões.

O aumento não traduz necessariamente alta da produção das minas e pode ter sido influenciado, em parte, por eventuais incrementos dos preços. Há que se considerar também que no primeiro semestre de 2019 houve a tragédia de Brumadinho, que afetou a mineração de ferro da Vale e outras empresas em Minas Gerais.

Além disso, o recolhimento da contribuição federal sobre o setor mineral (Cfem) - ou royalties - é feito com um mês de defasagem: ou seja, os valores arrecadados em abril, por exemplo, se referem à produção de março.

Ainda assim, o presidente do conselho administrativo do Ibram, Wilson Brumer afirma que os números dos royalties mostram que mesmo durante a pandemia as empresas que operam no Brasil têm registrado aumento em seu faturamento. A Cfem é calculada com base no faturamento bruto das empresas.

Maior destino das principais commodities metálicas brasileiras, a China passou por um período de redução de demanda quando começou a ser afetada pelos primeiros casos de contaminação e mortes por coronavírus. Foi fortemente afetada nos meses de fevereiro e março. "A China teve um problema no início de janeiro, mas já vem se recuperando e crescendo em termos de mercado novamente", destacou Brumer.

Segundo o executivo, no cargo desde meados do primeiro semestre de 2019, apesar do baque quase generalizado em quase todos os setores da economia, as mineradoras no Brasil conseguiram até agora evitar demissões e mantêm seus planos de investimento.

“O setor já tinha previsto um investimento entre 2020 e 2024 de US\$ 32,5 bilhões. No período anterior, entre 2019 e 2023, a previsão era de US\$ 27,5 bilhões”, disse o executivo.

Diante das demandas da pandemia, as principais empresas do setor mineral se mobilizaram e já doaram R\$ 700 milhões, atrás apenas das doações feitas pelos bancos e outras empresas do setor financeiro, que já informaram R\$ 1,6 bilhão.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ela tentou levá-lo ao veterinário e isso acabou viralizando
THE PRIMARY MARKET

LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

O médico segura o bebê, mas então algo completamente inesperado aconteceu.
FAMILYFEED

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Tênis fashion, leve, resistente e realinha a postura.
DONABELLE

Promulgada PEC do Orçamento de Guerra

Emenda tramitou no Congresso por pouco mais de um mês

Por **Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto** — De Brasília

08/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Pouco mais de um mês após ser apresentada, a proposta de emenda constitucional (PEC) do Orçamento de Guerra foi promulgada ontem em sessão do Congresso Nacional. O projeto permite que o governo federal descumpra regras fiscais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto durar o estado de calamidade pública por causa da pandemia de covid-19.

"Essa PEC nos enche de esperança que essa crise terá tratamento especial", disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acrescentando que o texto garante que não se medirão esforços para que o país saia da pandemia "com o menor número de perda de vidas, mas também garantindo empregos dos brasileiros e a renda dos mais vulneráveis".

A emenda também concede poderes para o Banco Central injetar liquidez no mercado durante a crise, com a compra de títulos do Tesouro ou de títulos de crédito no mercado secundário de pagamentos, financeiro ou de ações. Esses poderes, que igualam a autoridade monetária brasileira à americana, só valerão até o fim da pandemia.

Foi ampliado o rol de ativos que o BC poderá comprar nos mercados secundários financeiros, de capitais e de pagamentos. O Senado havia permitido essas operações durante a pandemia, mas restringiu a seis tipos de ativos. No entanto, a Câmara excluiu do texto a lista, o que acabou liberando a compra de qualquer ativo.

Também foi permitida a compra e venda de títulos do Tesouro pelo BC, mas só no mercado secundário. O Congresso estabeleceu, ainda, que o BC só poderá comprar ativos com “rating” BB- ou superior, conferido por pelo menos uma das três maiores agências de classificação de risco, e com preço de referência publicado por entidade do mercado.

O objetivo da medida é injetar recursos em empresas que estejam enfrentando dificuldades financeiras em função da crise do coronavírus, já que o BC terá a autorização para comprar títulos das empresas e para emprestar os ativos a estas mesmas companhias sem precisar passar pelo crivo do sistema bancário.

Em seus agradecimento às pessoas que colaboraram na formulação do texto da PEC, Maia citou o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas e o economista Marcos Lisboa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher procura por sua família biológica por 30 anos, descobre que estavam morando ao seu lado
THE PRIMARY MARKET

LINK PATROCINADO

Quando o médico segurou o bebê, aconteceu algo que ninguém esperava.
FAMILYFEED

LINK PATROCINADO

Esse tênis é apropriado para caminhadas e exercícios.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

A lista dos 25 empregos que podem sumir nos próximos meses.
UNUM

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Se é para falar de Pró-Brasil, que se fale mais de investir em mobilidade

País tem muita obra em estrada, alguma em ferrovia e nenhuma em metrô ou corredor de ônibus

Por Daniel Rittner — De Brasília

08/05/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O plano de investimentos em obras públicas idealizado pelo governo Jair Bolsonaro pode ou não sair do papel, mas tem uma grande ausência que independe da controvérsia entre fiscalistas e desenvolvimentistas: a mobilidade urbana. No mundo, discute-se em que medida a necessidade de escapar da crise atropelará os esforços de descarbonização da economia. Se, em tempos tão difíceis, governos e empresas vão arcar com o custo de regulações mais rigorosas e gastos maiores em projetos sustentáveis para reduzir emissões de gases-estufa.

Por aqui, o Pró-Brasil tem muita obra em “BR”, pouca em ferrovia e nada de metrô ou corredor de ônibus. Bem ou mal, duplicar uma rodovia ou ampliar terminal de um aeroporto é o tipo de coisa que anda como concessão à iniciativa privada. Pode demorar um dedinho mais, o custo do pedágio desagrada, às vezes a viabilidade do projeto não fecha (e o esquecido formato das PPPs com aporte público existe para fechar a conta).

Longe de relativizar a importância da duplicação da BR-381 em Minas Gerais ou da BR-262 no Espírito Santo. São rodovias que matam demais e encarecem os custos logísticos. No entanto, há bem mais chances de solucionar com dinheiro privado os gargalos nas estradas do que a construção da ferrovia Vitória-Rio ou da linha 2 do metrô em Belo Horizonte.

O sonhado prolongamento do metrô de Brasília para a Asa Norte, o prometido metrô de Porto Alegre, a abandonada estação Gávea no Rio de Janeiro, o fiasco do VLT de Cuiabá só se resolvem com recursos públicos. Não há alternativa.

Em abril de 2012, Dilma Rousseff reuniu governadores e prefeitos para anunciar R\$ 32 bilhões a fundo perdido ou em empréstimos baratos no PAC Mobilidade. Não deu certo. O orçamento ficava retido, obras foram superfaturadas, governos estaduais capricharam na incompetência. O Distrito Federal, mesmo com verba garantida pela União, demorou 34 meses para fazer um projeto de engenharia.

Mas eis que, oito anos depois, alguma coisa existe: projetos básicos ou executivos prontos, desapropriações feitas, trens comprados e enferrujando debaixo do sol (alô, Mato Grosso). Para tirar esses projetos da gaveta, só com repasses federais. Estados e municípios não têm espaço orçamentário.

Por isso, a combinação de discussões sobre o Pró-Brasil e sobre o socorro a entes federados comporia a circunstância ideal para retomar os planos de dar um salto no transporte urbano. Espanta que nem sequer esteja sendo cogitado.

Uma vez abertos, os canteiros podem empregar milhares de pessoas nas grandes capitais. Uma vez concluídas, as obras podem gerar um choque de produtividade na economia, aliviando milhões de trabalhadores que gastam duas ou três horas por dia no trajeto casa-trabalho - de resto, uma chaga social no Brasil que se compara apenas com a falta de saneamento básico, esse sim um setor em que a chave é o investimento privado.

De quebra, um plano de obras em metrôs, VLTs e BRTs daria ao país um discurso importante nos fóruns sobre mudanças climáticas, onde a imagem brasileira foi tão afetada pela alta do desmatamento. Permitiria, no mínimo, dizer que estamos alinhados à ideia de um "Green New Deal" na infraestrutura. Se é para falar de Pró-Brasil, que tal se falar de mobilidade?

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ela tentou levá-lo ao veterinário e isso acabou viralizando